

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE BACHARELADO



UFRJ

Plano Real, abertura financeira e concentração bancária no Brasil

DANIEL MOREIRA ALVES ESPERANÇA

matrícula nº: 110052416

ORIENTADOR: Prof. FERNANDO CARLOS G. DE C. LIMA

Rio de Janeiro

Setembro de 2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

Plano Real, abertura financeira e concentração bancária no Brasil

DANIEL MOREIRA ALVES ESPERANÇA

matrícula nº: 110052416

ORIENTADOR: Prof. FERNANDO CARLOS G. DE C. LIMA

Rio de Janeiro
Setembro de 2017

As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade do autor.

Dedico este trabalho, especialmente, à minha família, pelo ininterrupto apoio e incentivo à busca por conhecimento e crescimento pessoal.

Agradecimentos:

Agradeço à instituição UFRJ e a todo o corpo docente do Instituto de Economia, em particular àqueles professores com os quais pude ter mais intenso contato, pela enorme contribuição à minha formação como economista, oferecendo-me as ferramentas para a tão necessária crítica à nossa sociedade. Agradeço especialmente ao meu orientador, Fernando Carlos Lima, pelas grandes contribuições à elaboração deste trabalho, além da disponibilidade e boa vontade que mostrou durante todo o processo.

Agradeço ainda a todos os amigos que fiz no Instituto de Economia da UFRJ, em especial àqueles mais próximos e que levarei para a vida, pelo convívio e pela parceria que me proporcionaram e proporcionam.

Resumo:

Esta monografia visa analisar o processo de concentração do sistema bancário que ocorre no Brasil a partir da segunda metade dos anos 1990, e sua relação com o Plano Real e a abertura do setor ao capital estrangeiro. Para isso, buscar-se-á analisar a relação destes eventos e seus efeitos com o ambiente competitivo do setor, e este em relação à propensão à concentração da atividade bancária.

Palavras-Chave: Plano Real, internacionalização financeira, concentração bancária, consolidação bancária.

Sumário

Índice de tabelas, gráficos e figuras	9
Símbolos, abreviaturas, siglas e convenções	10
Capítulo 1: Introdução	11
Capítulo 2: Referencial teórico e definições	12
2.1 Conceito de sistema bancário e mensuração da concentração bancária	12
2.2 O ambiente de competição no setor bancário brasileiro	13
2.3 Padrões de consolidação bancária	14
Capítulo 3: O sistema bancário até o Plano Real	15
3.1 O Sistema financeiro até os anos 1920	15
3.2 O Sistema financeiro a partir dos anos 1920	16
3.3 As reformas financeiras de 1964-1967	17
3.4 O sistema após as reformas	19
3.5 O contexto de alta inflação e seu papel na estrutura do sistema financeiro brasileiro	22
3.5.1 <i>Legislação: reforma de 1988 e os bancos múltiplos</i>	25
3.6 A participação do setor financeiro público	26
3.6.1 <i>Os bancos estaduais</i>	27
3.7 Conclusão sobre o período	30
Capítulo 4: O Plano Real e a quebra estrutural	31
4.1 A adesão ao Acordo de Basileia e medidas prudenciais	33
4.2 O PROER e o PROES	35
4.3 A abertura e o papel do capital estrangeiro	37
4.3.1 <i>Contexto internacional e motivação dos estrangeiros</i>	37
4.3.2 <i>Mudanças legislativas, justificativas do governo e a prática</i>	38
4.3.3 <i>A dificuldade estrangeira no setor bancário brasileiro</i>	41
4.4 A Reação dos nacionais e a década de 2000	43
Capítulo 5: Conclusão	51
Referências bibliográficas	53

Índice de tabelas, gráficos e figuras

Tabela 1. Índice de Herfindahl (IH) do sistema bancário brasileiro.....	21
Tabela 2. Número de bancos registrados no Brasil.....	22
Tabela 3. Transferências inflacionárias em bancos privados (TIP), bancos públicos estaduais (TIE) e bancos públicos federais (TIF) (milhões de US\$).....	31
Tabela 4. Insolvência bancária após o Plano Real (jul./1994 a dez./1995).....	33
Tabela 5. Privatizações de bancos estaduais.....	36
Tabela 6. Percentual sobre o total de ativos do sistema bancário.....	43
Tabela 7. Incorporações bancárias relevantes entre 1996 e 2016.....	46
Tabela 8. Variação do HHI do sistema bancário medido pelos ativos, crédito e depósitos, entre 1995 e 2004, 2005 e 2014 e 1995 e 2014.....	47
Tabela 9. Variação do HHI do sistema bancário medido pelos ativos, crédito e depósitos, entre 1995 e 2001, 2002 e 2014 e 1995 e 2014.....	47
Tabela 10. HHI do sistema financeiro entre 1995 e 2014 (em 31/dez. de cada ano), medido pelo crédito, ativos e depósitos, e variação anual.....	48
Tabela 11. Agregado dos ativos de BB, CEF, Itaú, Bradesco e Santander sobre o total do sistema bancário.....	49
Gráfico 1. Taxa de inflação medida pelo IGP e participação do SF no PIB, entre 1980 e 1995.....	24
Gráfico 2. Percentual de ativos dos bancos sobre o total do sistema bancário, por tipo de controle, entre 1985 e 1997.....	27
Gráfico 3. Participação sobre os ativos do sistema bancário por tipo de controle.....	45
Gráfico 4. HHI do sistema financeiro entre 1995 e 2014.....	47
Figura 1. Panorama das principais consolidações no setor bancário brasileiro entre 1994 e 2016.....	50

Símbolos, abreviaturas, siglas e convenções

ATM	<i>Automated Teller Machine</i> (Caixa eletrônico)
BB	Banco do Brasil
BCB	Banco Central do Brasil
BESC	Banco do Estado de Santa Catarina
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNH	Banco Nacional da Habitação
CEF	Caixa Econômica Federal
COFIE	Comissão de Fusões e Incorporações de Empresas
F&As	Fusões e aquisições
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
HHI	<i>Herfindahl-Hirschman Index</i> (Índice Herfindahl-Hirschman)
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGP	Índice Geral de Preços
PAB	Ponto de Atendimento Bancário
PIB	Produto Interno Bruto
SF	Sistema financeiro
Sumoc	Superintendência da Moeda e do Crédito

Capítulo 1: Introdução

A compreensão do sistema financeiro de uma economia moderna é de grande importância para a compreensão do funcionamento da mesma, seja como partícipe do seu desenvolvimento, seja como limitante.

O sistema bancário representa, no Brasil, mais de 80% do sistema financeiro total. Este vem, como é natural, se modificando ao longo das fases econômicas do país, seja em relação à sua importância na economia, formas de financiamento, presença de capital estrangeiro, presença do setor público, grau de concentração, etc.

Uma característica marcante do sistema bancário brasileiro em períodos mais recentes é a presença de grandes conglomerados financeiros com elevada participação de mercado. É acerca do grau de concentração do mercado bancário brasileiro que este trabalho será desenvolvido.

Na segunda metade do século XX, em especial a partir das reformas financeiras de meados dos anos 1960, foi observado relevante processo de concentração no setor bancário brasileiro, exacerbado em alguns momentos-chave. Um deles, e possivelmente o mais duradouro e consistente, começa em meados dos anos 1990 e vem ocorrendo, segundo os dados indicam, até o atual momento. No que se refere ao sistema financeiro há nesse período, entre outros, dois acontecimentos capitais: o Plano Real e a maior abertura do setor ao capital estrangeiro. Este trabalho visa compreender se tais fatores foram ou não determinantes para a aceleração da concentração bancária observada desde então. Buscou-se expor os efeitos do Plano Real e da abertura do setor ao capital estrangeiro no ambiente competitivo do setor bancário, e a relação deste com a concentração observado no período.

Para isso, o trabalho foi desenvolvido em três capítulos, além desta introdução e da conclusão. No primeiro, são apresentados referenciais teóricos pertinentes à análise, bem como o ambiente competitivo do setor bancário. No segundo, é descrito e analisado o sistema financeiro brasileiro até o Plano Real. E no terceiro, são abordadas as mudanças que ocorrem no setor a partir de meados dos anos 1990, com foco nos efeitos do Plano Real e da abertura do setor à presença estrangeira para o ambiente competitivo e o grau de concentração.

Como objetivo geral, buscou-se analisar a importância do Plano Real e da abertura do setor financeiro ao capital estrangeiro para o marcado processo de concentração da atividade bancária observado no Brasil a partir da segunda metade dos anos 1990.

De maneira mais específica, são expostos (i) o ambiente competitivo do setor bancário brasileiro; (ii) os efeitos do Plano Real e da abertura ao capital estrangeiro em tal ambiente; (iii) e a influência de tal ambiente competitivo no processo de concentração bancária que ocorre a partir da segunda metade dos anos 1990.

Nossa hipótese é de que as significativas mudanças que ocorrem com o Plano Real e a abertura ao capital estrangeiro resultaram em ambiente competitivo que se mostrou propício à concentração do setor financeiro brasileiro.

Capítulo 2: Referencial teórico e definições

2.1 Conceito de sistema bancário e mensuração da concentração bancária

Aqui será utilizado o conceito de ‘sistema bancário’ como caracterizado pelo Banco Central do Brasil de ‘Consolidado Bancário I’, ou seja, o agregado dos conglomerados com pelo menos um banco comercial ou banco múltiplo com carteira comercial, além de instituições independentes do tipo banco múltiplo com carteira comercial, banco comercial ou caixa econômica. Segundo dados do Banco Central, este grupo representou uma média de 84% do sistema financeiro brasileiro em ativos e 94% em depósitos, entre 1995 e 2014. O termo ‘banco’ será utilizado também em relação a estas instituições.

Será utilizado como medida de concentração bancária o Índice Herfindahl-Hirschman (HHI), mesmo índice utilizado em diversos textos acadêmicos e trabalhos do Banco Central (SILVA; AVELAR, 2009).

As principais vantagens da utilização desse índice podem ser explicadas pela visão total que propicia e pelo peso mais relevante conferido a concentrações mais substantivas, por considerar todos os participantes de um determinado mercado somando-se o quadrado da participação individual de cada firma. Expressa-se em um número entre 0 e 1, tão mais elevado quanto maior for a concentração.

Como ressaltam Paula, Oreiro e Basílio (2013), de acordo com o *Federal Trade Commission* e o *Department of Justice*, dos EUA, um determinado mercado é considerado não concentrado se o seu HHI é inferior a 0,1; moderadamente concentrado se o seu HHI está situado entre 0,1 e 0,18; e altamente concentrado se o índice estiver acima de 0,18.

2.2 O ambiente de competição no setor bancário brasileiro

“[...] uma importante característica do setor bancário em todo o mundo é o fato de que a atividade bancária é concentrada. Esse resultado decorre da presença de economias de escala e de escopo, que permitem aos bancos diminuir seus custos por unidade de produto”.

(BAUMOL et al. apud PAULA; OREIRO; BASILIO, 2013)

Paula e Marques (2006) afirmam que a concentração bancária tem sido tendência nos países desenvolvidos a partir dos anos 1980.

Em uma análise do ambiente competitivo do mercado bancário brasileiro, Costa (2012) afirma que é observado padrão competitivo de um *mercado oligopolista diferenciado fortemente concentrado*. Nesse ambiente, há grandes economias de escala e a competição se dá pela diferenciação do produto, com agressiva disputa entre os bancos por relacionamentos fiéis com clientes, através de “localização de agências, PABs, ATMs, qualidade dos serviços oferecidos (principalmente em automação) e segurança, ou seja, porte do banco”, além da publicidade (em que também há economias de escala).

Há ainda as vantagens absolutas de custos das firmas já instaladas sobre as entrantes, vide possibilidade de acessos exclusivos à tecnologia, rede de fornecedores e clientes, etc., e fatores de ordem institucional, como franquias, patentes e contratos governamentais, entre outros. O cliente permanece, via de regra, fiel ao banco, restando aos pequenos bancos sem rede “nichos de mercado”.

“Quando quase a totalidade da população economicamente ativa urbana já é correntista, sobra a disputa de carteira de clientes através de aquisições e fusões bancárias. Os maiores bancos aumentam suas economias de escala com a concentração de clientes e o corte de estruturas desnecessárias em termos de pessoal e agências.

A concorrência por clientes, portanto, não se dá de acordo com modelos abstratos de competição perfeita em torno de ‘menores juros e tarifas’, mas sim em disponibilidade e qualidade de produtos e serviços bancários. Em uma estrutura de mercado caracterizada por um oligopólio diferenciado, os líderes sempre foram pioneiros na automação bancária e no atendimento eletrônico massivo”.

(COSTA, 2012, p. 308)

Tal estrutura seria sustentada por “investimentos competitivos em qualidade de serviços prestados. O nível de qualidade oferecido eleva-se de acordo com o tamanho de mercado e os bancos dominantes providenciam maior qualidade que os bancos marginais”.

Camargo cita ainda algumas especificidades do setor:

“ [...] informação assimétrica, fidelização de clientes, custos de transferência (*switching costs*), rendas informacionais, risco moral e seleção adversa (Nakane, 2005). As assimetrias informacionais, devido à heterogeneidade dos clientes, criam nichos de atuação, que permitem que os bancos se protejam da concorrência e pratiquem políticas de preços distintas (Ferreira e Farina, 2005). Essa assimetria de informações também eleva os custos de transferência para os clientes, criando efeitos *lock-in* e possibilitando a obtenção de rendas informacionais (Nakane, 2005) ”.

(CAMARGO, 2009, p. 25)

Ainda, em estudo utilizando dados de painel, Belaisch (2003) encontra evidência positiva da presença de estrutura de mercado não-competitiva no sistema bancário brasileiro.

O ambiente competitivo do mercado bancário brasileiro estaria já direcionado, portanto, à “coexistência de poucos grandes bancos com um grande número de bancos menores que constituem uma franja” (COSTA, 2012, p. 308).

Resende (1992) demonstra ainda, em estudo econométrico, a existência de coeficiente positivo e “bastante significativo” em relação às economias de escala como determinante da concentração bancária observada no Brasil entre 1970 a 1986, período imediatamente anterior à brutal aceleração do processo inflacionário brasileiro.

2.3 Padrões de consolidação bancária

Paula e Marques (2006) expõem uma classificação dos processos de consolidação entre instituições financeiras entre aqueles que ocorrem em mercados maduros (EUA, Japão e União Europeia) e nos emergentes (América Latina, Ásia e Europa Central). As F&As entre instituições de diferentes países são uma regra nos emergentes, em que a maior participação estrangeira através das F&As é justificada pelo fortalecimento que a entrada de capitais externos conferiria o mercado doméstico, que se viu, via de regra, mergulhado em crises nos anos 1990. Nesses casos as consolidações vêm como uma maneira de resolver, ou atenuar, crises financeiras, sendo tais processos via de regra dirigidos pelo governo. Já nos países centrais, as consolidações se deram, principalmente, devido à desregulamentação e maior competição no mercado interno, em que as instituições buscam, através das consolidações, aumentar seu poder de mercado e/ou a eficiência, ocorrendo em geral entre instituições do mesmo país, e sendo o processo dirigido pelo mercado. São, portanto, marcantes as especificidades dos processos que ocorrem nos mercados emergentes.

Hawkins e Mihaljek (apud PAULA; MARQUES, 2006, p. 237) dividem os processos pelo padrão e causa da consolidação, em três grupos. A *consolidação dirigida pelo mercado*, típica de economias maduras, resulta da resposta dos bancos à maior competitividade atingida pelo setor e a consequente compressão nas margens líquidas de lucro, havendo então uma busca por diminuição de custos operacionais através de ganhos de escala, de rendas e economias de escopo. Há a *consolidação como resposta a estruturas bancárias ineficientes ou frágeis*, típicas da América Latina dos anos 1990, e agravadas pelo impacto da crise mexicana no mercado doméstico em 1995. Aí são apontadas ineficiências em relação à defasagem de tecnologia e comunicação, além da baixa competitividade dos mercados em questão. E a *consolidação dirigida pelo governo*, típica de países asiáticos, que consiste em casos onde há intervenção direta do governo através de realização de fusões e aquisições com possíveis assunções de perdas, geralmente para posterior devolução ao setor privado. Atua ainda com incentivos a processos de F&As e à entrada de bancos estrangeiros. Tal atuação é motivada principalmente pela necessidade de fortalecimento e/ou adequação de capital dos bancos domésticos, bem como viabilização de pequenos bancos, afetados em boa medida pela crise de 1997-98.

Segundo Paula e Marques (2006), as consolidações dirigidas pelo mercado são relativamente recentes em economias emergentes. Nesses países, os processos de consolidação dar-se-iam principalmente através dos dois outros casos, ainda que, com a entrada de estrangeiros, privatização e desregulamentação, a consolidação pelo mercado venha se tornando mais comum. A experiência mais recente no Brasil confirma a leitura dos autores, conforme será explorado neste trabalho, embora o caso brasileiro carregue importantes particularidades.

Capítulo 3: O sistema bancário até o Plano Real

3.1 O Sistema financeiro até os anos 1920

O sistema monetário brasileiro, até a vinda da Corte Portuguesa para o Brasil (1808), era extremamente restrito. A moeda era escassa e a maioria das trocas do dia-a-dia davam-se ou por escambo – na forma de açúcar ou escravos – ou pelo crédito informal dos pequenos comércios locais.

Com a vinda da Corte em 1808, foi criado o Banco do Brasil, primeiro banco do país, podendo este momento ser considerado o ‘marco zero’ da história financeira brasileira. Em 1863 entram os primeiros bancos estrangeiros no país, sendo, no entanto, bancos isolados, não havendo uma rede de agências ou câmara de compensação que permitisse a existência do que poderia ser chamado de ‘sistema bancário’, nem uma autoridade monetária. O sistema financeiro baseava-se em empréstimos comerciais e operações de câmbio de curto prazo, especialmente pelos bancos estrangeiros, que ofereciam melhores retornos e baixo risco, havendo baixíssimo interesse no financiamento do mercado interno.

Em 1914, quando da eclosão da Primeira Guerra Mundial, ocorre a implosão do sistema do padrão-ouro e, no caso brasileiro, forte evasão de divisas, redundando no fechamento da economia. A partir daí são dadas as condições iniciais para a relativa nacionalização do sistema financeiro (COSTA; DEOS, 2002).

3.2 O Sistema financeiro a partir dos anos 1920

A década de 1920 pode ser considerada o início do desenvolvimento de um sistema financeiro efetivamente nacional. Em consequência da Lei Bancária de 1921 – que limitou a participação dos bancos estrangeiros no sistema –, a participação estrangeira vai de 45% dos depósitos e empréstimos no início da década a um quarto desse valor em 1929. A diminuição de importância do setor externo na economia, o controle das operações cambiais pelo governo, a crise de 1929 – em que diversas instituições internacionais quebraram ou reduziram-se enormemente – e as constituições fortemente nacionalistas de 1934 e 1937 fazem com que as instituições estrangeiras atinjam participação de apenas 7% nos depósitos e 5% nos empréstimos registrados no país em 1945 (COSTA; DEOS, 2002).

A partir dos anos 1940, devido a uma gradativa mudança de perfil da economia brasileira com a indústria nascente, surgem necessidades financeiras distintas daquelas do país predominantemente primário-exportador. Não havia um sistema financeiro capaz de prover financiamento de grande escala e prazo para a indústria e a infraestrutura necessária. Com a significativa modernização econômica da década de 1950 é criado o BNDE, em 1952, voltado exatamente para a mitigação tal gargalo, conforme salienta Dias

(1987)¹. Neste momento, os bancos comerciais constituíam-se no pilar do sistema financeiro brasileiro, e o relativo deslocamento estrutural da economia fortalece tal domínio na medida que crescia a demanda por financiamento de capital de giro.

O Plano de Metas, ambicioso pacote de investimento público levado a cabo entre 1956 e 1962, visava intensificar a política industrializante. Com um sistema tributário arcaico e forte restrição externa, a principal fonte de financiamento do significativo aumento de gastos públicos foram a expansão monetária e empréstimos externos.

Dias (1987) salienta que a partir de 1957, com a aceleração da inflação, os bancos comerciais começam a sofrer concorrência das ‘financeiras’. Nesse momento os depósitos à vista compunham 90% dos haveres financeiros do sistema; os bancos comerciais não tinham condições de suprir o necessário financiamento das aquisições de bens duráveis, que se configurava no eixo central da industrialização brasileira. Neste contexto entram as financeiras, como afirma Macarini (2007).

A inflação combinada às amarras legais contribuía ainda para que um mercado de títulos de médio e longo prazo não se desenvolvesse (COSTA; DEOS, 2002). A escassez de financiamento não-inflacionário, de longo prazo e não dependente de recursos externos é percebida como uma das causas da estagnação que se apresenta partir de 1962, e figura também como importante razão para as reformas financeiras implementadas a partir de 1964, como afirma Dias (1987).

No ano de 1963, após uma média de 7,6% a.a. de crescimento do PIB nos 15 anos anteriores, o país tem crescimento próximo de zero e inflação atingindo quase 80%, frente a uma média de cerca de 35% nos cinco anos anteriores.

3.3 As reformas financeiras de 1964-1967

Com a hegemonia política assegurada pelo regime de exceção imposto pelo golpe militar de 1º de abril de 1964, é colocado em ação um programa de reformas no terreno econômico. O Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) deu-se entre novembro de 1964 e março de 1967, e se segue a um ano de estagnação e aceleração significativa da inflação. As medidas objetivavam, inicialmente, o controle inflacionário e o reequilíbrio

¹ Costa e Deos (2002) ressaltam que o financiamento de longo prazo e grande escala vinha também do Estado na forma de incentivos fiscais e subsídios cambiais à importação de equipamentos; vinha também do setor externo, principalmente no financiamento às importações; ou autofinanciamento, o que poderia ocorrer através de reinvestimento, dadas as boas margens de lucro auferidas em diversos setores.

das contas externas a partir de políticas restritivas, formuladas por Roberto Campos e Otávio Bulhões, dois economistas de perfil ortodoxo. Como pontua Hermann (2011), a percepção de Campos acerca da razão da inflação crescente aponta para os déficits fiscais do governo, que vinham elevados, e seu financiamento monetário, bem como de pressões salariais.

Além de ações na política econômica, o plano englobava reformas estruturais, tanto no plano tributário quanto no financeiro. Neste último, havia como objetivo a complementação do sistema financeiro brasileiro com a provisão de mecanismos de financiamento privados de longo prazo, capazes de possibilitar a continuidade da industrialização e limitar a expansão monetária a que o governo recorria de maneira contumaz para financiamento dos gastos. Havia, portanto, o problema central da captação de longo prazo – inclusive no tocante ao financiamento do governo –, desencorajada devido ao baixo, por vezes negativo retorno real dos ativos, dada a inflação elevada e a vigência da Lei da Usura, que limitava os juros nominais a 12% ao ano, e da Cláusula-Ouro, que vetava a indexação de contratos.

Neste sentido, o governo age regulamentando as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN), título de dívida pública federal com correção monetária, e autoriza a emissão de títulos privados indexados de renda fixa, bem como incentivos fiscais à entrada no mercado de ações, tanto às empresas quanto aos poupadores.² Ademais, para as instituições financeiras públicas é canalizado o financiamento de longo prazo através de poupança compulsória ou fundos compostos por recursos das autoridades monetárias.

O plano contemplava ainda uma reorganização do sistema monetário, com a criação do Conselho Monetário Nacional (CMN) em substituição à Sumoc, com função normativa e de regulação do sistema financeiro, assim como o Banco Central do Brasil (BCB), que passa a ser o executor da política monetária e financeira determinada pelo CMN – ainda que, na prática, a exemplo da Sumoc, o BCB também não tivesse o pleno controle sobre tais políticas, dividindo-o com o Banco do Brasil. Este último, após as reformas, passa, além de banco comercial, à função de agente financeiro do governo,

² Hermann (2011) salienta que, na oportunidade da sua criação, a intenção era de que o mecanismo de correção monetária fosse uma medida temporária para garantir a captação de longo prazo no momento de transição para uma economia de baixa inflação. Tal mecanismo acaba por tornar-se tanto mais crucial quanto mais cresce a inflação, e um importante fator de transferência de recursos da economia para o sistema bancário, moldando de forma significativa a estrutura do setor bancário brasileiro, especialmente a partir da segunda metade dos anos 1980.

principalmente no crédito de longo prazo para a exportação e agricultura (Hermann, 2011).

A abertura econômica ao capital estrangeiro foi, também, importante ponto do plano, especialmente no tocante a empréstimos, sendo regulamentada a captação de empréstimos externos por bancos nacionais e posterior repasse às empresas domésticas, além de captação direta de empréstimos no estrangeiro por empresas brasileiras.

É criado ainda o Sistema Financeiro de Habitação (SFH), cuja instituição central é o Banco Nacional de Habitação (BNH), gestor do FGTS – regulamentado em 1966 – utilizando seus recursos para financiamento de habitação, preponderantemente imobiliários ou de saneamento. Já o setor financeiro público, formado principalmente por Banco do Brasil e BNDE, se ocuparia do crédito seletivo de maior prazo; o primeiro com linhas para a agricultura e exportações – além de operar como banco comercial e ter atribuições de autoridade monetária através da conta-movimento –, e o segundo com financiamento para infraestrutura e indústria.

Juntamente a estas instituições, e por efeito da instituição da correção monetária também para títulos privados e outras alterações regulatórias, surgem títulos privados como depósitos de poupança, depósitos a prazo fixo, letras de câmbio, letras imobiliárias, além de títulos da dívida pública federal, estadual e municipal.

3.4 O sistema após as reformas

As reformas logram êxito em fortalecer o sistema financeiro, principalmente através da maior atratividade conferida à captação, tanto de depósitos à vista quanto de haveres não-monetários, em especial pela instituição da correção monetária.

Os haveres do sistema financeiro brasileiro como proporção do PIB evoluem de 21,1% em 1964 para 26,2% em 1968, 43,5% em 1973, e 46% em 1979. Tem-se então que o período entre 1968 e 1973 foi particularmente de forte crescimento do setor financeiro, com uma média de crescimento anual como proporção do PIB pouco inferior a 3,5 pontos percentuais. Os ativos financeiros não-monetários, por sua vez, evoluem de 1,6% do PIB em 1964 para 9,3% em 1968, 23,7% em 1973 e 29,2% em 1977 (COSTA NETO, 2004).

Inspirado no modelo que vigia nos Estados Unidos pós-*Glass-Steagall Act* (1933), pretendia-se instalar no Brasil um modelo de sistema financeiro segmentado, no qual instituições específicas, juridicamente independentes, deviam exercer as diferentes funções do mercado financeiro, sem poder operar em outros segmentos – a definição mais relevante no caso brasileiro era a de instituições financeiras ‘juridicamente independentes

dos bancos comerciais'. Haveria, portanto, bancos comerciais, financeiras, bancos de investimento, bancos de investimento, corretoras e distribuidoras, todas instituições separadas e independentes. Na prática, ao longo dos anos 1970 e 1980 foram criados e se consolidaram diversos conglomerados financeiros que possuíam além de um banco comercial, que costumava ser o principal ator do conglomerado, bancos de investimento, financeiras, distribuidoras e corretoras de valores, companhias de seguros, sociedades de crédito imobiliário, etc.

“ [...] nas décadas dos 70 e dos 80 o desenvolvimento normal do mercado financeiro fez com que surgissem vários conglomerados financeiros, controlando várias empresas com personalidade jurídica própria, cada uma se especializando num segmento do mercado financeiro. Ao longo do tempo estes conglomerados passaram a desenvolver mecanismos, como a administração da tesouraria, que transformavam na prática o conglomerado numa única empresa, a despeito de restrições legais existentes que tinham que ser contornadas. Ademais, os mercados financeiros passaram a ser cada vez menos segmentados e mais integrados”.

(BARBOSA, 1996, p. 7)

Tavares (1985) aponta ainda outro fator, regulatório, para a tendência à conglomeração. Cita exigências de cada vez menores índices de imobilização, o que, combinado ao tabelamento de juros ativos, torna-se razoável incentivo para a diversificação de investimentos, contribuindo para a conglomeração.

Além da conglomeração financeira, é observada ainda significativa concentração do setor a partir de 1967, principalmente até 1976, como afirma. O autor aponta algumas medidas de cunho institucional que, a partir de 1967, contribuem para tal movimento, dentre as quais (i) o controle de cartas patentes, funcionando como ‘barreiras à entrada’ legais; (ii) tabelamento de juros, penalizando os bancos menos custo-eficientes, muitos dos quais resultado de um crescimento desordenado do setor; (iii) vantagens concedidas no intuito da criação de ‘bancos nacionais’ (de alcance nacional), principalmente através de abertura de agências pioneiras, francamente “favoráveis aos grandes bancos que saíam das praças concentradas e se dirijam para o interior, concorrendo diretamente com pequenos bancos locais ou regionais”; e (iv) exigência de certo volume de capital, inclusive para abertura de agências, favorecendo os bancos maiores. Ademais, o congelamento da abertura de novas agências, que vigeu de 1970 a 1976, estimulou fortemente as incorporações no setor, modo disponível para expansão da rede. Paula (1998) menciona também as ainda fortes barreiras legais à entrada de bancos estrangeiros

no sistema. Ambos os autores ressaltam que, além das medidas supracitadas, que já vinham contribuindo para a concentração a partir de 1967, são fundamentais a partir de 1971 – período de concentração mais agressiva, até 1974 – os incentivos explícitos a fusões e aquisições através da Comissão de Fusões e Incorporações de Empresas (COFIE).

Ilustra tal processo a seguinte fala do banqueiro Olavo Setúbal:

“A criação de unidades muito grandes foi favorecida pelas autoridades, o que acelerou o processo. Esse favorecimento foi, basicamente, de ordem financeira e fiscal. O Banco Central permitiu determinadas vantagens fiscais para a absorção de unidades menores e menos eficientes, dentro da visão de que o sistema deveria criar unidades grandes, pela sua capacidade financeira, e com possibilidade operacional e segurança financeira consideráveis”.

(MACARINI, 2007, p. 351)

Corazza (2001), expõe dados de Meirelles (1999) que ilustram acelerado movimento de concentração bancária na época, marcadamente entre 1965 e 1975, medido pelo Índice Herfindahl-Hirschman (HHI) do sistema bancário.

Tabela 1 - HHI do sistema bancário brasileiro

Ano	1955	1965	1970	1975
IH	0,02	0,02	0,031	0,066

Fonte: Corazza (2001) apud Meirelles (1999)

Outra medida importante é o número de instituições que detinham, combinadas, 50% dos depósitos à vista, que eram de 17 em 1966 e passam a seis em 1974 (PAULA, 1998). Tavares (1985) mostra que a participação dos quatro maiores bancos no total de depósitos dos bancos comerciais (exceto Banco do Brasil) foi de 16% em 1965 para 25% em 1971, e 32% em 1976.

Em conformidade com tais dados está a acelerada diminuição do número de bancos operantes no país entre 1964 e 1976, conforme exposto na Tabela 2 abaixo. Ressalta-se a vertiginosa queda no número de bancos privados no mesmo período, através de fusões e, principalmente, aquisições (foram 15 fusões e 205 aquisições no período).

Tabela 2 - Número de bancos registrados no Brasil

Anos	1950	1955	1964	1976	1987	1993
Bancos oficiais (fed/est)			24	27	31	30
Bancos Privados			312	79	74	215
a) nacionais			304	69	56	178
b) estrangeiros			8	10	18	37
Total	413	379	336	106	105	245

Fonte: Corazza (2001)

Destaca-se, ainda, o forte aumento no número de instituições privadas entre 1987 e 1993, o que se deve à regulamentação dos bancos múltiplos e à aceleração da inflação, como será explorado adiante.

3.5 O contexto de alta inflação e seu papel na estrutura do sistema financeiro brasileiro

A virada da década de 1970 para 1980 é um importante marco na história econômica brasileira. Além do esgotamento do grande ciclo de crescimento e modernização da economia que ocorria havia mais de uma década, a inflação começa a crescer e fugir ao controle. Medida pelo deflator implícito do PIB, sua média, que foi de 31,7% a.a. entre 1966 e 1979, passa a 92,1% em 1981, e daí só passa a crescer (à exceção do ano de 1986), atingindo 2.737% em 1990 (IBGE).

A inflação extremamente elevada é fator central para a explicação da dinâmica do setor bancário no Brasil, especialmente da segunda metade dos anos 1980 até o Plano Real. Tal fator coloca o sistema financeiro, bancário especialmente, em uma nova situação, da qual tem grande sucesso em tirar proveito.

O contexto de alta inflação estimulava a realização de operações especulativas pelos bancos, ao mesmo tempo em que inibia a realização de operações de crédito de prazo mais longo; o enorme ‘lucro inflacionário’, que em 1992 chegou a representar incríveis 41,9% da produção imputada (diferença entre juros pagos no passivo e cobrados no ativo) do sistema bancário, e ainda mais nos bancos públicos, também fazia com que os bancos se abstivessem, em boa medida, de realizar operações de crédito (PAULA, 1998). Tal mecanismo, também chamado de *floating*, consiste na apropriação dos ganhos proporcionados pela elevada taxa nominal de juros, devido à alta inflação, vis-à-vis os passivos líquidos não-remunerados que os bancos necessariamente tinham na forma de

depósitos à vista. Ainda que, naturalmente, fosse evitado pelo público manter depósitos à vista, alguma proporção de liquidez (não-remunerada) sempre haveria de existir, seja pelo recebimento de salários, seja pela demanda por moeda necessária às transações cotidianas pelos correntistas. Somando-se ainda a isso os elevados déficits governamentais³, que absorviam boa parte do crédito, a oferta de crédito bancário ao setor privado encontrava-se muito atrofiada (especialmente para prazos maiores, onde era quase nula), em detrimento de operações de curto prazo no mercado financeiro e financiamento governamental.

“ [...] os títulos públicos se constituíram, assim, na base dos lucros bancários, seja na intermediação do dinheiro financeiro (moeda indexada), seja na absorção da ‘transferência inflacionária’ [...], assegurando aos bancos ao mesmo tempo liquidez e rentabilidade em seus negócios”.

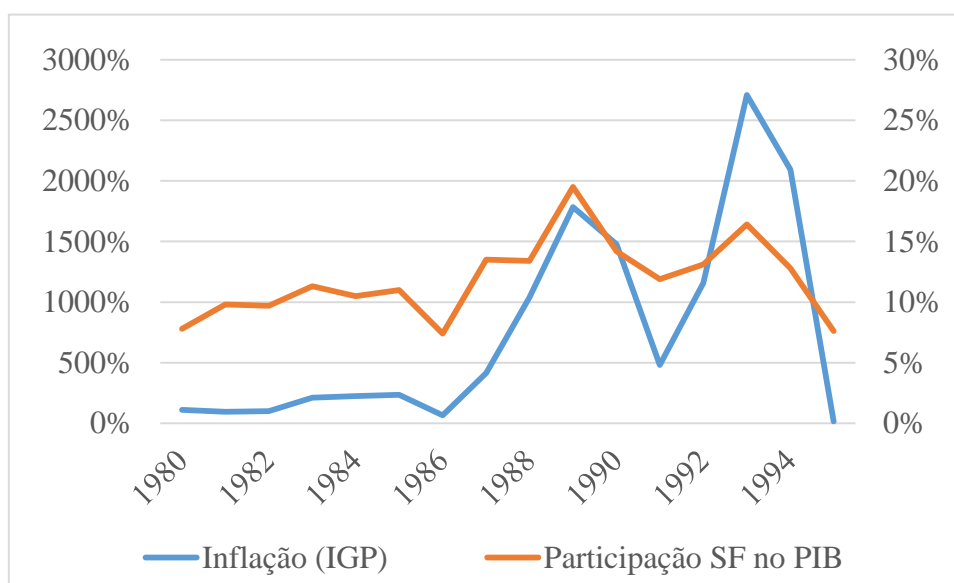
(PAULA, 1998, p. 95)

Segundo o autor, pode-se notar nesse período um crescimento do setor bancário em relação ao PIB. O autor frisa as “mudanças significativas no sistema bancário no que se refere à dimensão física e à configuração do mercado bancário no Brasil” nos contextos de alta e baixa inflação, tendo como marco o Plano Real. Resende (1992) corrobora tal análise, salientando a relevante correlação entre taxa de inflação e tamanho do sistema financeiro como proporção do PIB. O autor mostra ainda a importância relativamente pequena da regulação governamental no grau de concentração bancária frente a outras variáveis, tais como “economias de escala” e “taxa de inflação”.

Em 1993, ano anterior ao Plano Real, com uma inflação de 2.001,3% (IBGE), o tamanho dos ativos do sistema bancário frente ao PIB alcança 148,8%, frente a 69,9% em 1985 e 44,6% em 1947 (PAULA, 1998).

³ Segundo o IBGE, a Necessidade de Financiamento Operacional do governo teve uma média anual de 5% entre os anos de 1980 e 1992.

Gráfico 1 - Taxa de inflação (IGP) e participação do SF no PIB entre 1980 e 1995



Fonte: Rodrigues (1994)

Retornando à análise de Resende (1992) no tocante à correlação entre inflação e participação do setor financeiro no PIB, Paula (1998) faz importante distinção entre países nos quais há elevada e persistente inflação. Divide-os entre aqueles que estruturaram arranjos institucionais que permitiram a adaptação do seu sistema financeiro a este contexto – em geral em seu benefício –, através do aumento da demanda nominal por ativos financeiros e ‘quase-moedas’; e aqueles em que não foi desenvolvido tal arranjo, ocasionando uma fuga de ativos financeiros denominados em moeda doméstica, levando à desmonetização da economia, desintermediação financeira e contração do setor. O Brasil encontra-se, indubitavelmente, no primeiro grupo, tendo o sistema financeiro desenvolvido abrangentes e sofisticados sistemas nos quais não só se adapta, mas obtém significativo proveito do contexto de alta e persistente inflação. Tal estímulo faz com que o nível tecnológico das redes bancárias brasileiras, no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, só tenha paralelo no chamado ‘primeiro mundo’, sendo em alguns aspectos inclusive mais moderno (LEITE, 1994).

Entre 1985 e 1993 a média anual da inflação, medida pelo deflator implícito do PIB, vai a 962,2% (IBGE). Neste último ano, a importância das receitas inflacionárias sobre a produção imputada dos bancos era de 35,3%, com uma alarmante diferença entre os bancos públicos e privados: enquanto nos bancos privados esse percentual era de 19,6%, nos bancos públicos tal percentual era de nada menos que 67,7% (PAULA, 1998).

3.5.1 Legislação: reforma de 1988 e os bancos múltiplos

Além da forma de atuação dos bancos, totalmente adaptada ao contexto inflacionário, há uma mudança no marco regulatório do setor em 21/09/1988, quando são regulamentados os bancos múltiplos através da Resolução CMN 1524, retirando a ‘compartimentalização’ legal que existia desde as reformas de 1964-67. Foi extinta ainda a carta-patente, o que faz com que as autorizações para funcionamento de bancos passem a ser intransferíveis e inegociáveis. A regulamentação dos bancos múltiplos, no entanto, só vem tornar *de jure* o que já se verificava *de facto*.

“Esta reforma adaptou o marco legal à realidade institucional do sistema financeiro brasileiro, uma vez que os grandes conglomerados financeiros já atuavam na prática como instituições múltiplas, ainda que com uma empresa jurídica e contabilidade própria para cada carteira específica”.

(PAULA, 1998, p. 91)

É permitido assim que os bancos comerciais, bancos de investimentos, financeiras (formalmente Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento) e as Sociedades de Crédito Imobiliário passassem a compor uma única instituição financeira.

Paula (1998) aponta a significativa perda de importância destas instituições isoladamente nos anos que se seguem, uma vez que boa parte delas passa a integrar um banco múltiplo, tornando-se esta modalidade a mais relevante no sistema. Ao final de 1994, seis anos após a regulamentação dos bancos múltiplos, essas instituições já correspondiam a 73% do ativo total do sistema bancário.

Nota-se, ainda, um aumento acelerado no número de bancos após a regulamentação dos bancos múltiplos, como mostrado na Tabela 2, na seção 3.4 deste trabalho: em 1988 existiam 106 bancos comerciais no país, ao passo que em 1989 eram 179 bancos, entre comerciais e múltiplos (eram apenas 66 comerciais), e em 1993 o número atinge 245 (apenas 34 eram bancos comerciais) (PAULA, 1998).

“[...] vários pequenos bancos foram criados no período, muitos deles a partir de corretoras, distribuidoras e financeiras, além de grupos empresariais privados nacionais e empresas associadas ao comércio varejista que optaram por criar seus próprios bancos, uma vez que, ao terem acesso ao SELIC, podiam aplicar diretamente, sem intermediários, suas sobras de caixas no *open market* e ainda usufruir as vantagens de terem acesso às reservas do Banco Central.”

(PAULA, 1998, p. 106)

Mais uma vez a alta inflação e os mecanismos de obtenção de ‘lucro inflacionário’ mostram-se centrais na dinâmica do setor bancário brasileiro.

Em 1991 há alterações no marco institucional-legal no tocante à abertura do sistema financeiro brasileiro a investidores estrangeiros, no que já é percebida entrada de instituições estrangeiras, mesmo antes das reformas pós-Plano Real. Em 1964, havia apenas oito bancos estrangeiros no Brasil, número que passa a 10 em 1976 e 18 em 1987, crescimento moderado, portanto. Já no ano de 1993 esse número mais que dobra, para 37, ainda antes das aquisições do Proer e Proes, chegando a 45 em 1997. Nos mesmos anos, a quantidade de bancos oficiais mantém-se relativamente estável, passando de 24 em 1964 para 31 em 1987, e 27 em 1997 (CORAZZA, 2001).

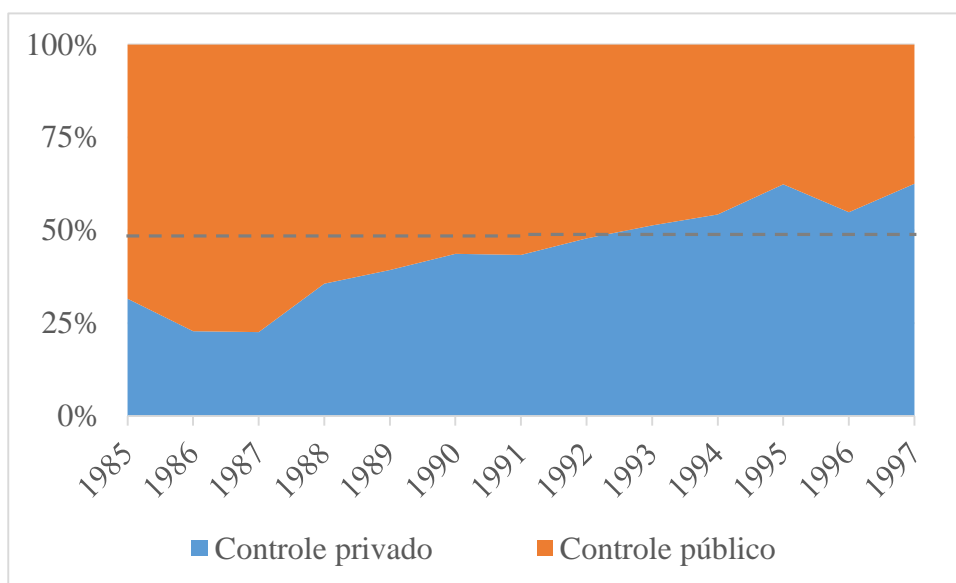
Ao final de 1988, do total de ativos dos 109 bancos comerciais (incluindo cinco caixas econômicas) do sistema bancário nacional, 56,9% era de bancos privados de controle nacional, 9,6% de bancos com controle estrangeiro (incluindo 19 filiais diretas de bancos estrangeiros), e 33,5% era de bancos controlados pelo governo (com o BB representando 21,6%). Em 1994 eram 244 bancos no total, tendo, portanto, mais que dobrado em número a partir de 1989 (BANCO CENTRAL).

3.6 A participação do setor financeiro público

Os anos 1990 são, também, importante ponto de inflexão quanto à participação do setor financeiro público no Brasil. Em 1989 tem-se o auge da participação dos bancos públicos no sistema, quando seus ativos totais como proporção do PIB alcançam 70,8%, frente a 45,9% dos bancos privados. Os ativos do Banco do Brasil, isoladamente, compunham 50,4% do PIB em 1989, também seu auge.

Em 1993, pela primeira vez em décadas, os bancos privados passam a representar mais de 50% do sistema bancário no total de ativos, algo que se intensifica de maneira significativa com as reformas ocorridas na segunda metade da década. Nota-se, portanto, um rápido e consistente aumento na importância das instituições financeiras privadas no sistema nos anos que se seguem à Reforma de 1988, que vai de 36,2% em 1990, alcançando 55,6% do valor adicionado do setor financeiro em 1994 (PAULA, 1998).

Gráfico 2 - Percentual de ativos dos bancos sobre o total do sistema bancário, por tipo de controle, entre 1985 e 1997



Fonte: Paula (1998)

O segmento público era predominantemente formado, à época, pelos bancos estaduais, CEF e BB. Este último sofre, a partir da década de 1980, deterioração patrimonial e econômico-financeira que deriva do “caráter contraditório da dinâmica expansiva do BB enquanto empresa estatal (*i.e.* sua subordinação a uma lógica pública) e à simultânea presença de uma lógica privada”, o que vem a ser modificado pelo PROEF.⁴ Tal processo está ligado ao “fim da conta-movimento, à queda dos repasses do Tesouro e aos refinanciamentos e anistias concedidos pelo governo a segmentos beneficiários do crédito da instituição” (PAULA, 1998).

3.6.1 Os bancos estaduais

Praticamente extintos com o Proes nos anos 1990, os bancos estaduais tinham papel importante no mercado bancário brasileiro.⁵ Sua relevância tem origem na função de intermediário dos recursos de poupança compulsória administrados por instituições estatais a partir das reformas do sistema financeiro de 1964-1967 (BNH, BNDE, CEF), além de intermediário da poupança externa captada através da Resolução CMN 63 de

⁴ Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, promoveu o saneamento dessas instituições, com repasse de créditos de difícil recuperação e assunção dos respectivos prejuízos pela União, em última análise. Promove ainda uma mudança nos padrões de gestão desses bancos, colocando-os mais próximos às práticas de gestão privada.

⁵ Compunham, em 1988, 17,4% do total das operações de crédito no Brasil (SALVIANO JÚNIOR, 2004).

1967, mecanismos que se consolidam fortemente na primeira metade dos anos 1970. Enquanto agentes financeiros dos governos estaduais, inseriram-se nesse novo contexto do sistema financeiro como co-partícipes do financiamento do desenvolvimento nacional (COSTA NETO, 2004). A escassa oferta de crédito, mais ainda de longo prazo, além do desejo dos governos estaduais de apropriar-se de parte do imposto inflacionário, podem ser consideradas as principais razões para a criação de bancos estaduais em quase todas as unidades da federação até 1970 (SALVIANO JÚNIOR, 2004).

No entanto, elementos políticos e ineficiências se mostraram muito danosos à sua saúde financeira. Ademais, havia a coexistência, já desafiadora em si, entre sua função pública e a busca por um funcionamento típico da iniciativa privada, buscando eficiência e lucro. Os resultados de tais problemas eram parcialmente disfarçados pelos elevados ganhos inflacionários até o Plano Real (como ocorria, também, com bancos privados ineficientes).

Havia ainda grande dificuldade de responsabilização por práticas de malversação, bem como a rigidez dos processos gerenciais (contratações, demissões, fiscalização, compra, remuneração), típica da esfera pública.⁶

A direção de tais bancos também frequentemente operava com objetivos de curto prazo, muitas vezes mais interessadas em proveitos políticos do que na solidez da instituição. Fundamental para a lógica de funcionamento dessas instituições era também a garantia política de solvência, uma vez que o respectivo poder estadual podia mobilizar recursos, financeiros e políticos, a fim de socorrer o banco, posto que era poderoso instrumento econômico e político dos governos estaduais.

Tais idiosincrasias levavam, via de regra, a uma gestão ineficiente e irresponsável, que o último mecanismo permitia serem ‘perdoadas’ até um ponto em que o próprio governo estadual não fosse mais capaz de salvar seu banco, em último caso – e foi o que se verificou – por intervenção da esfera federal neste âmbito.

Talvez a prática mais danosa tenha sido o evidentemente conflituoso hábito da concessão de crédito pelos bancos estaduais aos seus controladores, (SALVIANO JÚNIOR, 2004). Ainda que houvesse vedações legais (Lei 4.595, por exemplo), houve,

⁶ Havia grande dificuldade na separação, para fins de fiscalização e punição, entre erros humanos, busca da função pública do banco, ou práticas de malversação deliberada ou corrupção. Foram raros os casos em que se obteve sucesso em detectar e punir malversações nestas instituições (SALVIANO JÚNIOR, 2004).

ao longo do tempo, diversas interpretações jurídicas, bem como meios – legais ou não – adotados que permitiam que tal prática fosse adotada.⁷

Com efeito, na média de 1988 a 1990, nada menos que 73% do valor total das operações de crédito dos bancos estaduais eram contra o setor público não-financeiro, frente a apenas 3% no caso dos bancos privados. Em junho de 1992, o total das operações de crédito do setor financeiro estadual junto aos respectivos estados ou empresas a ele pertencentes era de Cr\$ 34,55 trilhões, frente a um patrimônio líquido ajustado de Cr\$ 10,32 trilhões; e só as operações de crédito junto ao setor público não provisionadas que se encontravam em atraso ou liquidação correspondiam a montante cerca de 10% maior do que o patrimônio líquido contábil. O patrimônio líquido saneado consolidado dessas instituições, ou seja, descontadas as provisões para créditos de recebimento improvável, era negativo em Cr\$ 1,8 bilhões em junho de 1991, e negativo em Cr\$ 6,8 bilhões em junho de 1992 (SALVIANO JÚNIOR, 2004). Esse modo de atuação dos bancos estaduais contribuía, também, para uma maior dificuldade na execução de política monetária pelo Banco Central.

Sendo parte tão importante do sistema financeiro nacional, além de poderoso instrumento político e econômico sob a égide dos poderes locais – colocando-se também o problema do desgaste político que intervenções federais mais duras nessas instituições gerariam com o poder local –, a frágil situação de boa parte do sistema bancário público estadual foi prolongada durante os anos 1980 e primeira metade dos anos 1990. Nesse período são editadas diversas resoluções pelo CMN, bem como decretação de regimes especiais de administração e intervenção pelo Banco Central em quase todos os bancos estaduais, no sentido de buscar salvação para a situação em que se encontravam (SALVIANO JÚNIOR, 2004). Não foram tomadas, no entanto, as medidas duras e, naturalmente, politicamente impopulares que a situação exigia na grande maioria dos casos. Tais ações acabaram se dando muito mais no sentido de auxílios e salvação da esfera federal àquelas instituições do que de endurecimento e efetivo cumprimento das regras contra as más práticas que mostraram-se letais à solidez dos bancos estaduais.

⁷ São extensos, numerosos e sobremaneira homogêneos os relatos das equipes de fiscalização do Banco Central sobre as causas da crise dos bancos estaduais no tocante a más práticas na concessão de crédito por parte dessas instituições (SALVIANO JÚNIOR, 2004).

3.7 Conclusão sobre o período

Após as reformas da segunda metade da década de 1960, o sistema financeiro passa a se concentrar aceleradamente com incentivos explícitos a fusões e aquisições através da COFIE, tabelamento de juros, restrição à abertura de agências (incentivando incorporações para aumento da rede) e exigência de capital mínimo para abertura de bancos. Ocorre ainda, na prática, a conglomeração, ainda que não fosse permitida em lei.

A partir, principalmente, de meados da década de 1980, a elevada inflação e os mecanismos para apropriação dos seus ganhos pelos bancos impunham significativas distorções ao setor bancário brasileiro. Os ganhos inflacionários, disponíveis a qualquer banco, grande ou pequeno, público ou privado, que dispusesse de passivo líquido não-remunerado, impediam uma real competição calcada na busca por boa gestão e eficiência operacional. A busca por eficiência não se apresentava de maneira premente, tendo várias instituições, inclusive privadas de grande porte, sobrevivido graças ao ‘lucro inflacionário’, como pôde ser verificado posteriormente.

Soma-se a isso o setor bancário estadual, que tinha ainda outras particularidades, com deficiências gerenciais, operacionais e patrimoniais. Com a ‘garantia de solvência’ dessas instituições pelos estados – muitas vezes corroborados pelo poder federal –, eram fator a colocarem-nas também fora do ambiente já pouco competitivo do setor.

A reforma de 1988, que regulamentou o banco múltiplo, teve reduzidos efeitos práticos senão a entrada de diversas pequenas instituições financeiras não-bancárias no mercado bancário através, na maioria das vezes, de criação de pequena carteira comercial, o que lhes tipificava como banco múltiplo e lhes dava acesso às reservas do Banco Central, além de lhes permitir aplicar seu caixa diretamente no *open market*, aproveitando-se dos ganhos inflacionários. Tal razão explica a explosão do número de bancos em operação entre 1989 e 1994, com relativa desconcentração do setor.

Além disso, a abertura do setor era reduzida até meados dos anos 1990, impedindo a entrada mais vigorosa de instituições estrangeiras, colocando-se, portanto, como mais um fator de diminuição da competição no setor.

Os elevados ganhos inflacionários serviam, portanto, como principal mecanismo a moderar a competição no setor e a mascarar sua fragilidade estrutural, dado que bancos frágeis tinham nesses ganhos – e no caso dos bancos estaduais ainda outros mecanismos – volume suficiente para sua sobrevivência e lucratividade. Coloca-se então que a competição no setor encontrava-se ‘represada’.

A quebra da inflação com o Plano Real muda radicalmente o cenário do setor bancário brasileiro.

Capítulo 4: O Plano Real e a quebra estrutural

O Plano Real, como se sabe, obteve sucesso em pôr fim ao período de alta inflação no Brasil. Medida pelo IGP-DI/FGV, vai de 2.094% em 1993 para 14,8% em 1995, e 9,3% em 1996. Por óbvio segue-se a perda dos ganhos inflacionários dos bancos.

Tabela 3 - Transferências inflacionárias em bancos privados (TIP), bancos públicos estaduais (TIE) e bancos públicos federais (TIF) (em milhões de US\$)

Período	TIP	TIE	TIF	TIT
Média mensal (jan/1990 a jun/1994)	307,88	254,62	232,29	794,78
Média mensal pós-Real (jul/1994 a maio/1995)	26,08	25,36	24,02	75,46
Perda de <i>floating</i> mensal (média jul/1994 a maio/1995)	281,80	229,26	208,27	719,32
Perda de <i>floating</i> anual (extrapolação dos resultados de jun/1994 a jul/1995)	3.381,58	2.571,08	2.499,23	8.631,89

Fonte: Cysne e Costa (1997)

Diversos bancos têm grande dificuldade na adaptação ao novo contexto.

“[...] [havia] vulnerabilidade microeconômica de inúmeros bancos, principalmente dos três grandes, o Econômico, o Nacional e o Bamerindus. O diagnóstico da situação apontava para o número excessivo de instituições e de agências, além de custos elevados, principalmente com pessoal. Por isso, o sistema bancário devia ser redimensionado e reorientado para novas formas de financiamento de suas atividades”

(CORAZZA, 2001, p. 4)

São muitos os bancos que deixam de ter condições de seguir com suas operações, inclusive grandes grupos privados nacionais como o Nacional e o Econômico (3º e 4º maiores bancos do país no momento, respectivamente). São relevantes, ainda, os efeitos posteriores da alta de juros sobre a atividade econômica e as finanças das famílias – a taxa

de inadimplência do conjunto do sistema financeiro passa de 5% em setembro de 1994 para 15% em 1997. Após a transitória recuperação da perda dos ganhos inflacionários dos bancos comerciais através do aumento das operações de crédito, bem como da tarifação sobre os serviços bancários – que passa a ser sobremaneira liberada e vai de 8% do total das receitas do sistema bancário em 1990 para 21,5% em 1995 –, a nova realidade estrutural do setor passa a ser sentida (SALVIANO JÚNIOR, 2004).

A quebra observada nos extraordinários ganhos inflacionários consiste, portanto, numa mudança estrutural no funcionamento do sistema financeiro brasileiro. Soma-se a isso o contexto regional de crise cambial mexicana, tendo como resposta a elevação substancial da taxa básica de juros e a restrição de crédito, com efeitos sobre o balanço de diversos bancos.

Tal situação leva à iminência de uma crise bancária no Brasil: as liquidações do Econômico e do Nacional, em agosto e novembro de 1995, respectivamente, são o momento de maior proximidade de uma crise sistêmica, e a motivação final para que o governo buscasse uma reestruturação mais ampla do setor bancário (PAULA; MARQUES, 2006).

Seriam levadas a cabo reformas estruturais nos anos seguintes, através, principalmente, de consolidações e privatizações (através dos programas Proes e Proer), bem como a adesão ao Acordo de Basileia e flexibilização das restrições à participação estrangeira no sistema.

Tabela 4 - Insolvência bancária após o Plano Real (jul./1994 a dez./1995)

Data	Instituição	Regime	Sede
11/07/1994	Banco Garavelo	Liquidação Extrajudicial	SP
28/07/1994	Banco Hércules	Liquidação Extrajudicial	MG
16/09/1994	Brasbanco	Liquidação Extrajudicial	SP
14/11/1994	Banco Adolpho de Oliveira	Liquidação Extrajudicial	RJ
18/11/1994	Banco Seller	Liquidação Extrajudicial	SP
22/11/1994	Banco Atlantis	Liquidação Extrajudicial	RJ
22/11/1994	Bancorp	Liquidação Extrajudicial	RJ
30/12/1994	Banerj	Regime de administração especial temporária	RJ
30/12/1994	Banespa	Regime de administração especial temporária	SP
30/12/1994	Bandern	Regime de administração especial temporária	RN
23/01/1995	Banco Open	Liquidação Extrajudicial	RJ
23/01/1995	Produban	Regime de administração especial temporária	AL
02/02/1995	Bemat	Regime de administração especial temporária	MT
13/02/1995	Bancesa	Liquidação Extrajudicial	CE
01/03/1995	Banco São Jorge	Liquidação Extrajudicial	SP
03/03/1995	Banco Rosa	Liquidação Extrajudicial	RJ
12/04/1995	Banco Agrimisa	Liquidação Extrajudicial	MG
11/08/1995	Banco Econômico	Intervenção	BA
11/08/1995	Banco Mercantil PE	Intervenção	PE
11/08/1995	Banco Comercial SP	Intervenção	SP
18/11/1995	Banco Nacional	Regime de administração especial temporária	RJ
05/12/1995	BFC Banco	Liquidação Extrajudicial	RJ
05/12/1995	Banco Investcred	Liquidação Extrajudicial	RJ
05/12/1995	Banco GNPP	Liquidação Extrajudicial	RJ

Fonte: Cysne e Costa (1997)

4.1 A adesão ao Acordo de Basileia e medidas prudenciais

São adotadas pelo governo, de forma mais imediata, reformas para evitar-se uma crise bancária.

“Dentre as medidas adotadas, podem ser citadas: a concessão de incentivos fiscais para a incorporação de instituições financeiras; a aprovação do estatuto e regulamento do Fundo de Garantia de Créditos; a imposição de maiores dificuldades para criação de novas instituições financeiras; a criação de incentivos para processos de fusão, incorporação e transferência de controle acionário; o aumento do poder de intervenção do Banco Central nas instituições financeiras; a responsabilização das empresas de auditoria contábil ou dos auditores contábeis independentes em casos de irregularidades em instituições financeiras; a alteração da legislação que trata da abertura de dependências dos bancos no exterior; a consolidação das demonstrações financeiras dos bancos no Brasil com suas participações no exterior; a permissão de cobrança de tarifas pela prestação de serviços por parte das instituições financeiras; a criação da Central de Risco de Crédito.”

(CAMARGO, 2009, p. 41)

Ademais, ocorre a adesão do Brasil ao Acordo de Basiléia (Resolução CMN 2.099, de 17/08/1994), fazendo com que muitos bancos de pequeno e médio porte não consigam manter suas atividades, uma vez que, via de regra, operavam mais alavancados do que os grandes bancos.

As principais exigências eram de aumento no capital inicial necessário para a concessão de autorização de funcionamento, e de que o capital (Patrimônio Líquido Ajustado) mínimo ponderado pelo risco das operações ativas fosse inicialmente de 8%, depois elevado para 10% e 11% - em relação aos bancos estrangeiros, tais limites mínimos teriam acréscimo de 100%, eliminado quando do colapso do Banco Nacional no final de 1995 na tentativa de atração de capital externo (CARVALHO; VIDOTTO, 2007). Ressalta-se que as diretrizes brasileiras eram ainda mais conservadoras do que as constantes no Acordo, e ainda que, segundo dados do Banco Central, os bancos brasileiros atuam, de maneira geral, substancialmente menos alavancados do que propunha a diretriz.

“ [...] importante princípio definido foi o de aumento do capital inicial para autorização de funcionamento dos bancos. Esta última restrição foi importante para a intensificação das F&As, pois, na impossibilidade de novos aportes dos controladores, restaria a solução da venda do banco, admissão de novos sócios ou redução das operações ativas”.

(ROCHA, 2001, apud PAULA; MARQUES, 2006, p. 253)

Como afirmam Paula, Oreiro e Basilio (2013), uma vez que o capital é a forma mais dispendiosa de financiamento de sua atividade, a rentabilidade dos bancos é significativamente afetada. Ainda que haja maior solidez no sistema bancário devido à estrutura de capital mais robusta, são elevados os custos de ajustamento por parte das instituições, ônus que recai de forma mais pesada sobre aquelas de menor porte.

A abrupta queda da inflação e a adesão ao Acordo de Basileia, por si mesmos, já contribuem para o aumento da concentração, posto que diversas instituições bancárias dos mais diversos tamanhos (boa parte das quais havia surgido após a regulamentação dos bancos múltiplos em 1998) desaparecem ou são incorporadas, sendo o mercado naturalmente disputado por um menor número de instituições, como ressalta Corazza (2001).

4.2 O PROER e o PROES

Com o setor bancário na iminência de uma crise sistêmica, foram implementados, além das já medidas citadas, os programas Proer e Proes, em novembro de 1995 e agosto de 1996, respectivamente. Estes foram parte central da reestruturação do setor bancário brasileiro que ocorre na época.

O Programa de Estímulo à Reestruturação e Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer), entre as principais medidas, incentivou largamente a incorporação de instituições insolventes por outras, inclusive estrangeiras, “por meio da criação de linhas de crédito, de incentivos fiscais, de benefícios tributários e de isenção temporária do cumprimento de certas normas bancárias” (CAMARGO, 2009, p. 42).

As transações mais notáveis são a aquisição do Econômico pelo Banco Excel – três anos depois adquirido pelo BBVA –, do Nacional pelo Unibanco e do Bamerindus pelo HSBC. Outras incorporações de relevância, porém sem recursos do Proer, foram a compra do Banco de Crédito Nacional (BCN) pelo Bradesco e do Banco Real pelo ABN-Amro. Camargo (2009) afirma que foi de R\$ 20,4 bilhões (2,7% do PIB médio de 1995-97) o dispêndio com o programa.⁸

Se o setor bancário como um todo é posto à prova com o contexto de fim da alta inflação – além do contexto internacional –, os bancos estaduais, com todas as suas fragilidades aqui já exploradas, sofrem ainda mais impacto. O Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (Proes), conforme o nome adianta, tinha como objetivo reduzir a presença do setor público estadual no setor bancário, “preferencialmente mediante a privatização, extinção, ou transformação em instituição não-financeira ou agência de fomento” (SALVIANO JÚNIOR, 2004).

O governo federal passa a realizar o financiamento da reestruturação dessas instituições, condicionando-o à privatização ou à transformação de banco em agência de fomento.

“Os argumentos para a privatização dos bancos estaduais apontavam para problemas estruturais, com ‘excessiva concentração de crédito, com elevado grau de inadimplência’ e ao grande volume de emissão de títulos públicos estaduais, ‘o que os torna altamente dependentes de recursos no mercado financeiro, a taxas que, geralmente, se situam bem acima daquelas regularmente praticadas’”.

(BANCO CENTRAL DO BRASIL apud BRANDÃO, 2009, p. 8)

⁸ Segundo a autora, “a operação que teve maior impacto na concentração bancária foi a compra do grupo BCN pelo Bradesco, a qual superou a privatização do Banespa. Adicionalmente, o Itaú foi o banco que adquiriu o maior número de instituições privatizadas”.

Em 1990 somente os estados do Tocantins e Mato Grosso do Sul não tinham bancos comerciais sob seu controle, ao passo que em 2002 apenas o Rio Grande do Sul, São Paulo (ainda que já incorporado pelo Santander), Sergipe e Espírito Santo os possuíam.

O programa torna-se, ao fim e ao cabo, um conjunto de desestatizações em favor de grandes grupos financeiros, notadamente Itaú e Bradesco. A presença estrangeira mais relevante é a do espanhol Santander, que realiza a maior aquisição, participando ainda de forma menos relevante o holandês ABN Amro; os estrangeiros, a partir desse momento, passam a entrar de maneira mais significativa no mercado brasileiro.

Tabela 5 - Privatizações de bancos estaduais

Data	Instituição privatizada	Sede	Instituição compradora	Valor (R\$ milhões)	Ágio (%)
jun/97	Banerj	RJ	Itaú	311	0,3
ago/97	Credireal	MG	BCN	127	5,2
dez/97	Meridional	RS	Bozano, Simonsen	266	54
set/98	Bemge	MG	Itaú	583	85,7
nov/98	Bandepe	PE	ABN Amro	183	0
jun/98	Baneb	BA	Bradesco	260	3,2
out/00	Banestado	PR	Itaú	1.625	303,2
nov/00	Banespa	SP	Santander	7.050	281,1
nov/01	Paraiban	PB	ABN Amro	76	52
dez/01	BEG	GO	Itaú	665	121,1
jan/02	BEA	AM	Bradesco	183	0
fev/04	BEM	MA	Bradesco	78	1,1
dez/05	BEC	CE	Bradesco		

Fonte: Paula e Marques (2006)

Ressalta-se que, das instituições compradoras, o BCN seria mais tarde incorporado pelo Bradesco e o Meridional/Bozano, Simonsen pelo Santander.

4.3 A abertura e o papel do capital estrangeiro

4.3.1 Contexto internacional e motivação dos estrangeiros

Como afirma Freitas (2011), a crise da dívida de boa parte do mundo periférico nos anos 1980, América Latina em especial, faz com que os bancos estrangeiros tenham retraído sua presença na periferia do capitalismo nessa década. O contexto muda nos anos 1990, na esteira do Consenso de Washington, com ampla liberalização da conta de capitais e diminuição das barreiras à entrada de filiais de bancos estrangeiros e de participação estrangeira no capital social das instituições financeiras nacionais. A entrada de bancos oriundos do centro do capitalismo na periferia do sistema – e mesmo em outros países industrializados – volta a fazer parte da estratégia dessas instituições. Paula e Marques (2006) corroboram tal análise, afirmando que a entrada acelerada dos estrangeiros na esteira dos programas de reformas do sistema financeiro deve ser compreendida também no contexto estratégico mais amplo de “expansão internacional de alguns conglomerados financeiros [...] nos anos 1990, tanto para países desenvolvidos quanto para países emergentes, no cenário amplo do processo de desregulamentação financeira” (FREITAS, 1999, apud PAULA; MARQUES, 2006, p. 248).

Camargo (2009) cita como motivações para a entrada dos estrangeiros (a maioria europeus) no Brasil as mudanças no padrão de concorrência no setor bancário europeu a partir dos anos 1980, com queda nas margens de lucro e aumento da concentração, explicadas também pela implantação do Mercado Único, que torna muito maior número de instituições aptas a competir no continente. Cita ainda a atratividade do mercado brasileiro devido à estabilização, às modificações na legislação e concomitante reestruturação que ocorria, e a dimensão e potencial do mercado brasileiro, com uma ‘bancarização’ ainda reduzida (baixas relações crédito/PIB e depósitos/PIB), alimentando expectativas extremamente positivas por parte das instituições estrangeiras.⁹

“O ingresso e as atividades de bancos estrangeiros no Brasil, até 1994, seguiam o padrão geral: operação com câmbio, comércio exterior e financiamento de empresas multinacionais. Nesse período, os bancos estrangeiros enfrentavam dificuldades para atuar em um ambiente com alta

⁹ Segundo Carvalho e Vidotto (2007), é possível distinguir duas estratégias de entrada no mercado brasileiro: Citibank, BankBoston, Chase e J.P. Morgan – todos norte-americanos – adotam postura de cautela na entrada ou expansão no varejo; já Santander, ABN-Amro, BBVA e HSBC – todos europeus – adotam estratégia de entrada agressiva no mercado de varejo através de fortes incorporações.

inflação e penetrar em nichos de mercado dominados pelos grandes bancos nacionais de varejo”.

(CORAZZA apud CAMARGO, 2009, p. 46)

“[...] a maior parte do processo de entrada do capital estrangeiro se deu por meio das autorizações para transferência de controle de instituições nacionais a grupos estrangeiros (bancos e suas controladas, além de outras instituições não ligadas a grupos bancários), o que significou diminuição do número de bancos nacionais com participação minoritária estrangeira e do número de bancos de capital nacional”.

(FREITAS, 2011, p. 13)

Ocorre, portanto, que o grande número de falências de instituições nacionais, como ressaltava Camargo (2009), gera forte atrativo para os estrangeiros na medida que permitem a incorporação de bancos que já tinham ampla rede de agências, clientes, funcionários e marca consolidada (corroborando a leitura do ambiente competitivo no mercado bancário). Central, portanto, para que se compreenda tal processo é a análise das consolidações ocorridas no setor, bem como o contexto, doméstico e internacional, em que ocorrem.

4.3.2 Mudanças legislativas, justificativas do governo e a prática

Como ocorre em diversos países, antes desse momento a legislação brasileira era sobremaneira rígida quanto à entrada de instituições financeiras estrangeiras. A Lei 4.595, de 1964, determinava que a entrada só poderia ocorrer por prévia autorização do Banco Central ou decreto do Poder Legislativo; e na Constituição de 1988 (artigo 52 das Disposições Transitórias) houve a vedação à abertura de novas agências de bancos estrangeiros já instalados no país, e a vedação de ingresso de capital externo para participação acionária nos bancos nacionais.

Isso muda radicalmente em 1995 através de uma resolução do Ministério da Fazenda, que passa a considerar de interesse nacional o ingresso de instituições estrangeiras, ou aumento de sua participação, no sistema financeiro nacional, o que passa a ser analisado caso a caso, ainda que no início estivesse condicionado à aquisição de instituições problemáticas (Excel-Econômico e Bamerindus).

Tal abertura é justificada na Exposição de Motivos nº 311 do Ministério da Fazenda ao Presidente da República, de 23 de agosto de 1995. Segundo o documento, com a perda dos ganhos inflacionários o capital nacional passou a ser insuficiente para a atualização tecnológica, que levaria a ganhos de eficiência (“ganhos econômicos

decorrentes da introdução de novas tecnologias de gerenciamento de recursos e inovações de produtos e serviços”), repassados posteriormente aos poupadores e tomadores finais, ocorrendo também maior concorrência no setor. A suposta maior eficiência operacional e capacidade financeira dos estrangeiros traria, portanto, “reflexos substancialmente positivos nos preços dos serviços e no custo dos recursos oferecidos à sociedade brasileira”.

É mencionado também que a abertura do setor bancário ao capital externo condiz com o contexto maior de abertura da economia brasileira, “corroborando diretriz [...] no sentido da maior integração do país à economia mundial, com a conseqüente redução do chamado ‘risco Brasil’, e maior globalização do setor financeiro”.

À parte um alinhamento à retórica na qual a desregulamentação e globalização – econômica em geral e financeira em particular – traria benefícios em si, típica da época, são afirmados motivos prementemente microeconômicos para a abertura do sistema financeiro ao capital estrangeiro – “diante da afinidade teórica implícita do texto com o individualismo metodológico e com o conceito convencional de concorrência, [em que] [...] preços atuariam como sinalizadores do comportamento da demanda” (CARVALHO; VIDOTTO, 2007).

“[...] as justificativas [...] podem ser tidas como uma cortina de fumaça ou como uma concessão ao discurso liberalizante da época, em que o objetivo central do governo estimular o ingresso de capitais externos para o equacionamento das dificuldades do setor bancário com a queda abrupta da inflação e a crise de 1995”.

(CARVALHO; VIDOTTO, 2007, p. 395)

Os autores afirmam que a transferência ao consumidor dos supostos ganhos de eficiência da abertura não ocorre, pela simples inexistência de um mercado concorrencial e de superioridade de capital, tecnológica e operacional dos bancos estrangeiros em nível suficiente para que ameaçassem de forma relevante o poder de mercado dos grandes bancos nacionais. Afirmam inclusive que, na prática, os grandes bancos nacionais possuíam capacidade operacional superior aos estrangeiros no Brasil.

Não teria ocorrido melhora operacional, tampouco de eficiência, em razão da entrada de bancos estrangeiros; os avanços tecnológicos teriam sido implementados de forma mais relevante pelos próprios bancos nacionais. A abertura também não teria trazido “mudanças significativas no sistema bancário brasileiro, quer com relação à

competitividade e eficiência, quer com relação ao estímulo ao crescimento, pela ampliação da oferta de crédito.” (CARVALHO apud CAMARGO, 2009, p. 50-51).

As estruturas patrimoniais de bancos estrangeiros e nacionais são muito semelhantes, com grande importância de operações de curto prazo e títulos públicos; os bancos estrangeiros teriam se acomodado “às altas margens de lucro internas, sem grandes inovações”, com mínima contribuição no fortalecimento do sistema. (CAMARGO, 2009, p. 123)

Segundo Carvalho e Vidotto (2007), a maior solidez do sistema devido à capitalização estrangeira de fato ocorre, na medida que o capital estrangeiro foi direcionado a bancos em dificuldades, em momento de estresse, ao menos num primeiro momento. No entanto tal mudança acontece *once and for all*, ou seja, não tem impacto permanente, foi importante apenas na capitalização do sistema bancário na ocasião em que entraram no país. Corroboram tal análise a crise cambial de 1998/1999 e a redução do crédito externo nas crises de 2001 e 2002, em que, segundo os autores, não se pode afirmar que houve uma menor instabilidade nessas oportunidades devido à maior presença do capital estrangeiro.

A ausência de fragilização significativa teria sido devida justamente à assunção de vultuosos prejuízos pelo Tesouro Nacional com a emissão *ex-ante* de títulos com correção cambial em 1998, havendo forte aumento na posição ativa dos bancos nestes títulos e em títulos públicos indexados à taxa Selic pós-fixada, protegendo-se assim das desvalorizações cambiais esperadas – que de fato ocorrem no começo de 1999.

“[...] e a elevação imediata da carga tributária para absorver a forte elevação da dívida pública e os custos de sua rolagem no mercado doméstico, além da mudança no regime cambial que permitiu a prática de juros nominais bem menores em momentos de instabilidade externa”.

(CARVALHO; VIDOTTO, 2007, p. 406)

Simultaneamente, como afirmam De Paula e Marques (2006), ocorre forte contração da oferta de crédito. Tal ajuste patrimonial faz com que o setor bancário brasileiro tenha passado incólume ao contexto de crise externa no final dos anos 1990 – nas crises asiática e russa, em 1997 e 1998, anos em que os programas Proes e Proer tinham seu auge. Assim, obteve sucesso em defender-se, e até tirar vantagem, do contexto de instabilidade macroeconômica, o que, conforme aqui já explorado, havia sido

observado também nos anos da alta inflação, denotando uma especial capacidade do sistema bancário brasileiro de adaptação aos diversos contextos macroeconômicos.

Os autores afirmam ainda que este foi importante fator conjuntural a também explicar a central participação dos grupos financeiros nacionais nas fusões e aquisições que se dão na época, em detrimento de grupos estrangeiros – que apesar de secundários no processo, têm nesse momento o principal marco da entrada no setor financeiro brasileiro.

4.3.3 A dificuldade estrangeira no setor bancário brasileiro

Apesar das motivações e boas expectativas por parte dos bancos estrangeiros em relação ao mercado bancário brasileiro, é marcante a percepção de dificuldades encontradas na competição com as instituições já estabelecidas.

Carvalho e Vidotto (2007) realizaram entrevistas com quatro altos funcionários (um diretor e três superintendentes) de quatro diferentes bancos estrangeiros que entravam no Brasil em 2000. A percepção revelada, corroborando as leituras expostas na seção anterior, é a de que “os grandes bancos privados nacionais tinham eficiência operacional superior aos estrangeiros que entravam. A estratégia decisiva para crescer, portanto, era a compra de outros bancos”.

“[...] os resultados negativos nas carteiras comerciais nos primeiros anos mostraram aos bancos estrangeiros as dificuldades para atuar no crédito de varejo brasileiro; o custo elevado de tomar clientes da concorrência e de tirar profissionais dos bancos brasileiros, além das dificuldades para diferenciar produtos”.

(CARVALHO; VIDOTTO, 2007, p. 413)

“[...] a principal arma da concorrência era o volume operado, por meio [...] principalmente [de] aquisições e fusões para ganhar escala. Um deles destacou com muita ênfase a relevância para os estrangeiros de comprar o Banespa e, no futuro, tentar comprar o Unibanco, além de ocupar espaços deixados pelo BB e pela CEF. O Bradesco e o Itaú são vistos por todos como concorrentes muito difíceis.”

(CARVALHO; VIDOTTO, 2007, p. 414)

É dito ainda que, segundo o vice-presidente do Lloyds e o presidente do Citibank, ambos das filiais brasileiras, “seria praticamente impossível para instituições financeiras estrangeiras atuar no mercado brasileiro de varejo típico, em razão da concentração e das dificuldades culturais”.

Tais percepções corroboram fortemente, portanto, a leitura de Costa (2012) e Camargo (2009) sobre o ambiente competitivo do mercado bancário brasileiro, exposta no Capítulo 2, Seção 2.2 deste trabalho. Em tal ambiente, grandes bancos já estabelecidos tendem a predominar e crescer através de aquisições de outros menores, estrangeiros ou mesmo nacionais. Já no caso dos bancos estrangeiros, a saída para se firmar nesse ambiente competitivo imperfeito no país seria, como afirmado, a aquisição de bancos já estabelecidos.

Ainda sobre as especificidades do ambiente competitivo do mercado bancário brasileiro, em relação a uma possível desnacionalização: Já em 2002 era considerada improvável uma forte desnacionalização no setor bancário como resultado da liberalização:

“[...] é altamente improvável que a liberalização do sistema financeiro brasileiro resulte em desnacionalização bancária quase total, como ocorreu nos demais países da América Latina, principalmente Argentina, México e Chile. A razão para essa diferença é a especificidade do mercado bancário brasileiro, no qual as instituições domésticas, tanto públicas federais quanto privadas, atuam como bancos universais, com grandes redes nacionais de atendimento e alta participação no mercado”.

(ROCHA, 2002, apud CAMARGO, 2009, p. 49-50)

Além de citar a dimensão e importância como instrumentos de política econômica de Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, os dois grandes bancos públicos, é relatada a alta capitalização, lucratividade e bom gerenciamento de Itaú e Bradesco, os dois maiores bancos privados nacionais. A central participação desses dois últimos na onda de consolidações que é observada a partir da segunda metade dos anos 1990 lhes conferiu “significativos ganhos de escala e *market-share*, [e] inflou seu valor de mercado em relação ao valor patrimonial, que já é muito significativo” (ROCHA, 2002, apud CAMARGO, 2009, p. 50).

Esses quatro grupos bancários, portanto, que em 2002 correspondiam a 53% dos ativos do setor bancário, muito dificilmente receberiam propostas de compra, o que garantiria que o setor permanecesse predominantemente nacional, segundo o autor.¹⁰

¹⁰ Importante situar o processo de consolidações da década no contexto de “bancarização” (aumento quantitativo do acesso da população a serviços bancários): enquanto a população cresce 7% entre 2001 e 2006, o número de contas bancárias eleva-se em 52% (Costa, 2012). Entre 2003 e 2010, o crédito total do sistema financeiro público cresce 415%, e o do sistema privado cresce 348,1%.

Tabela 6 – Percentual sobre o total de ativos da área bancária

Ano	Itáu	Bradesco	Estrangeiros	Santander	Estrangeiros - Santander	BB + CEF
1995	4,2%	6,2%	6,1%	-	6,1%	29%
2001	8,8%	10,7%	26,7%	6,4%	20,3%	24,5%
2003	9,7%	13%	20,2%	5%	15,2%	28,6%
2010	19,6%	15,3%	16,0%	10,3%	5,7%	26,9%
2014	17,9%	14,1%	17,5%	9,6%	7,9%	38,2%

Fonte: Elaboração própria com dados do Banco Central do Brasil

É flagrante e acentuado o aumento na participação de bancos estrangeiros no ativo total da área bancária a partir de 1995, até seu auge, em 2001, aumento esse que se dá, preponderantemente, frente a uma diminuição do *market-share* dos bancos estaduais com o Proes. Em 1995 o *market-share* estrangeiro era de 6,1%, subindo a 26,7% em 2001. No entanto, nos anos que se seguem, são confirmadas as dificuldades sentidas pelos estrangeiros em estabelecer-se no mercado bancário brasileiro frente aos grandes bancos nacionais.

Entre 1997 e 2000, anos de maior entrada dos estrangeiros no Brasil (compra do Bamerindus pelo HSBC em 1997, do Excel-Econômico pelo BBVA, e do Bandepe e do Real pelo HSBC em 1998, além do Banespa pelo Santander em 2000), o HHI do sistema financeiro tem significativa queda medida pelo crédito (-18,3%) e ligeira alta medida pelos depósitos e ativos (6,5% e 10,8%, respectivamente). É, portanto, um período de concentração moderada se comparado com a década de 2000 como um todo.

4.4 A Reação dos nacionais e a década de 2000

Ainda que tenham chegado a perder espaço para os estrangeiros num primeiro momento, a participação majoritária dos grandes grupos financeiros nacionais no acelerado processo de consolidação bancária brasileiro – e especialmente a vigorosa reação destes à penetração estrangeira, segundo Paula e Marques (2006) – é uma característica distinta do caso do Brasil frente aos demais que ocorriam, com maior ou menor grau de semelhança, em diversas partes do mundo emergente, América Latina em especial.

Diferentemente do que ocorre no México, os grandes bancos privados nacionais têm sucesso em defender-se contra o aumento da participação estrangeira.

“ [...] foram os dois grandes bancos privados nacionais, Bradesco e Itaú, que adquiriram o controle acionário das subsidiárias brasileiras dos bancos estrangeiros que saíram do Brasil. De outro lado, a redução se justifica pelas estratégias bem-sucedidas de ampliação de parte de mercado por parte dos bancos brasileiros, tanto os de capital privado quanto público, como é o caso do Banco do Brasil e, em menor medida, da Caixa Econômica Federal”.

(FREITAS, 2011. p. 19)

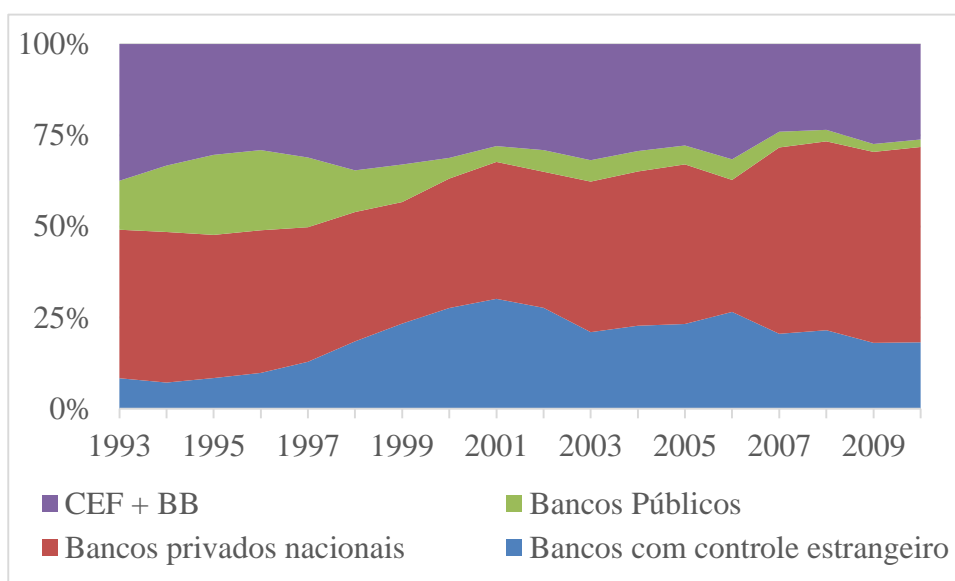
“Uma característica específica do Brasil foi a reação dos bancos privados nacionais à entrada dos bancos estrangeiros, participando, em um primeiro momento, ativamente do processo de fusões e aquisições e, posteriormente, passando a comandar esse processo, dada a retração dos bancos estrangeiros.”

(CAMARGO, 2009, p. 44)

Portanto, retornando às conceituações expostas na Seção 2.3 deste trabalho, pode-se dividir o processo de consolidação bancária brasileiro, a partir do Plano Real, em dois momentos: inicialmente há predominância das consolidações incentivadas pelo governo em resposta à fragilidade do sistema bancário (até 1997 ocorrem as operações no âmbito do Proer, e até 2000 ocorrem as principais privatizações no âmbito do Proes). Posteriormente, tais fusões e aquisições passam a ocorrer fora do âmbito dos programas, dirigidas pelo mercado: nesse aspecto, ocorre de forma semelhante ao que é observado nos demais países da América Latina, como ressalta Camargo (2009).

Em relação às instituições estrangeiras, até 2003 há relevante presença destas enquanto compradoras (principalmente Santander, ABN Amro e HSBC). A partir desse momento, no entanto, ocorrem diversas incorporações de filiais de instituições estrangeiras por Bradesco e Itaú (sendo as principais BBVA, BBA, Banco Fiat e Bank Boston, e mais recentemente HSBC e CitiBank), algo que segue ocorrendo até os dias atuais. Neste segundo momento, portanto, as grandes instituições privadas nacionais adquirem boa parte dos bancos estrangeiros aqui operantes.

Gráfico 3 - Participação sobre os ativos do sistema bancário por tipo de controle



Fonte: Paula e Marques (2006)

É observado, portanto, acelerado aumento de *market-share* dos bancos privados nacionais em detrimento dos estrangeiros, excluído o Santander, que figura como clara exceção à regra. Este consegue firmar-se no mercado brasileiro e juntar-se às instituições líderes através de, principalmente, duas grandes aquisições, absorvendo assim os clientes, rede e marca de dois grandes bancos brasileiros: Banespa (adquirido em 2000) e Banco Real (adquirido em 2007), que à época já se chamava ABN Amro Real.^{11 12}

Percebe-se, como exposto na Tabela 6 acima, uma forte queda da presença estrangeira (excluído o Santander), que vai de 26,7% para 16% do total de ativos do sistema bancário entre 2001 e 2010, com ligeiro aumento até 2014. Ressalta-se as incorporações do HSBC Brasil pelo Bradesco e da área de varejo do CitiBank Brasil pelo Itaú (2º e 3º maiores bancos estrangeiros no país), ambas em 2016, confirmando a tendência de saída dos estrangeiros através de incorporação pelos grandes bancos nacionais.

Além do ganho de mercado dos bancos privados nacionais sobre os demais segmentos, o número de consolidações dentro do próprio segmento é bastante elevado

¹¹ Ressalta-se as condições de realizar os pesados investimentos ao incorporar as duas grandes instituições citadas por parte do Santander advém de sua condição de grupo de grande dimensão a nível mundial, e também de sua opção pelo Brasil como uma de suas prioridades. Trata-se, portanto, de caso deveras particular.

¹² Ressalta-se, ainda, que a incorporação do ABN Amro Real pelo Santander fez parte de incorporação das matrizes (Santander em consórcio com outros bancos), negócio que atingiu a cifra de cerca de US\$ 100 bilhões.

durante a década de 2000. Isso ocorre, em grau bem mais modesto, também entre os bancos públicos, através das aquisições que realiza o Banco do Brasil (BESC em 2007, Nossa Caixa em 2008 e BEP em 2009, além do banco privado Votorantim em 2008). Ainda que os bancos públicos de relevância (CEF e BB) tenham mantido importante participação no sistema, esta cai moderadamente na década, em especial devido à diminuição da CEF.

A Tabela 7 abaixo expõe as principais consolidações bancárias ocorridas entre 1996 e 2016. Banco do Brasil, Santander, Bradesco e Itaú (que ainda se funde com o Unibanco em 2008) são as instituições que lideram a onda de fusões e aquisições.

Tabela 7 - Incorporações bancárias relevantes entre 1996 e 2016

Data	Instituição incorporada	Instituição compradora	Valor (R\$ milhões)
abr/96	Econômico	Excel	281,8
jun/96	Bandeirantes	Unibanco	1.044
nov/96	Nacional	Unibanco	1.217
abr/97	Bamerindus	HSBC	930
jan/98	BCN	Bradesco	1.090
out/98	Excel Econômico	BBVA	0
nov/99	Real	ABN Amro	2.000
nov/00	Banespa	Santander	7.050
fev/02	Meridional	Santander	1.300
mar/02	Mercantil de SP	Bradesco	1.372
jan/03	BBVA	Bradesco	2.630
mar/03	BBA Creditanstalt	Itaú	3.300
mar/03	Banco Fiat S.A.	Itaú	897
out/03	Sudameris	ABN Amro	2.190
dez/03	Lloyds Brasil	HSBC	2.396
jun/04	BNL do Brasil	Unibanco	116
mai/06	BankBoston Brasil	Itaú	4.950
jan/07	BMC	Bradesco	800
set/08	BESC	Banco do Brasil	685
out/07	ABN Amro Real	Santander	N/D *
out/09	Nossa Caixa	Banco do Brasil	5.380
jul/16	HSBC Brasil	Bradesco	16.000
out/16	CitiBank Brasil**	Itaú Unibanco	710

* a incorporação fez parte de transação internacional entre as matrizes

** apenas área de varejo

Fonte: Paula e Marques (2006) e Banco Central

Tabela 8 - Variação do HHI do sistema bancário medido pelos ativos, crédito e depósitos, entre 1995 e 2004, 2005 e 2014 e 1995 e 2014

Período	HHI crédito	HHI ativos	HHI depósitos
1995-2004	-13,2%	8,4%	-7,5%
2005-2014	65,8%	72,3%	46%
1995-2014	44%	86,7%	35,1%

Fonte: Elaboração própria com dados Banco Central

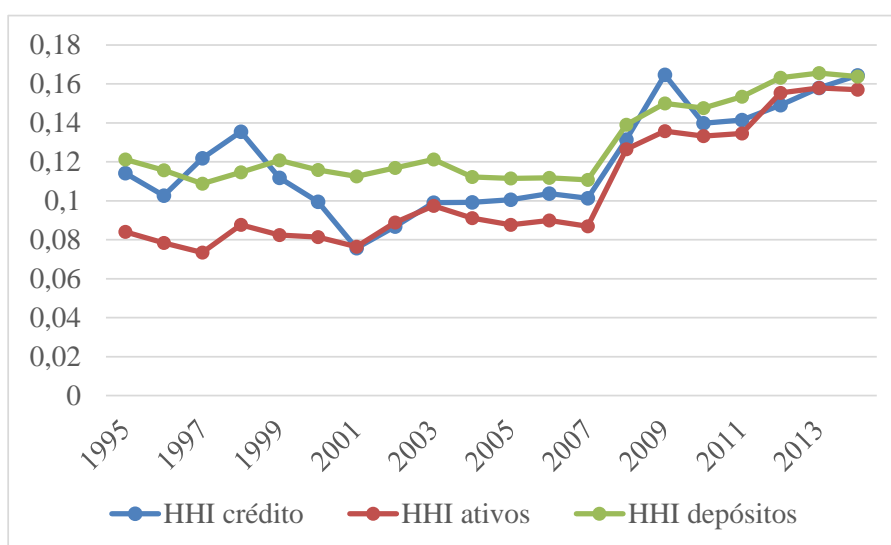
Tabela 9 - Variação do HHI do sistema bancário medido pelos ativos, crédito e depósitos, entre 1995 e 2001, 2001 e 2014 e 1995 e 2014

Período	HHI crédito	HHI ativos	HHI depósitos
1995-2001	-33,8%	-9,1%	-7,2%
2002-2014	117,4%	105,3%	45,6%
1995-2014	44%	86,7%	35,1%

Fonte: Elaboração própria com dados Banco Central

Como expõe a Tabela 9 acima, o período de aumento do *market-share* das instituições estrangeiras (até 2001) exibiu variação negativa do HHI. A partir de 2002 ocorre aumento do HHI, acentuando-se fortemente em 2008, ano da fusão entre Itaú e Unibanco. Apesar de exibir alguma irregularidade, pode ser observada tendência de aumento do HHI, especialmente a partir de 2008. Ocorre ainda uma relevante diminuição no número de instituições no sistema bancário, que vai de 144 em 1995 para 111 em 2002, e 96 em 2014.

Gráfico 4 - HHI do sistema financeiro entre 1995 e 2014



Fonte: Elaboração própria com dados do Banco Central

Tabela 10 - HHI do sistema financeiro entre 1995 e 2014 (em 31/dez de cada ano), medido pelo crédito, ativos e depósitos, e variação anual

Ano	HHI crédito	Variação anual	HHI ativos	Variação anual	HHI depósitos	Variação anual
1995	0,11425		0,08414		0,12129	
1996	0,10266	-10,1%	0,07845	-6,8%	0,11572	-4,6%
1997	0,12186	18,7%	0,07346	-6,4%	0,10887	-5,9%
1998	0,13544	11,1%	0,08765	19,3%	0,11472	5,4%
1999	0,11177	-17,5%	0,08249	-5,9%	0,12084	5,3%
2000	0,09958	-10,9%	0,0814	-1,3%	0,11591	-4,1%
2001	0,07567	-24,0%	0,07652	-6,0%	0,11255	-2,9%
2002	0,0868	14,7%	0,08883	16,1%	0,11686	3,8%
2003	0,09913	14,2%	0,09744	9,7%	0,12119	3,7%
2004	0,09921	0,1%	0,09117	-6,4%	0,11223	-7,4%
2005	0,1005	1,3%	0,08769	-3,8%	0,11151	-0,6%
2006	0,10376	3,2%	0,08998	2,6%	0,11183	0,3%
2007	0,10138	-2,3%	0,08688	-3,4%	0,1108	-0,9%
2008	0,1315	29,7%	0,12652	45,6%	0,13907	25,5%
2009	0,1647	25,2%	0,13585	7,4%	0,15003	7,9%
2010	0,13982	-15,1%	0,13319	-2,0%	0,14763	-1,6%
2011	0,14141	1,1%	0,13463	1,1%	0,15343	3,9%
2012	0,14919	5,5%	0,15549	15,5%	0,16314	6,3%
2013	0,15793	5,9%	0,158	1,6%	0,16562	1,5%
2014	0,16448	4,1%	0,15713	-0,6%	0,16386	-1,1%

Fonte: Elaboração própria com dados Banco Central

Os dados e eventos indicam, portanto, que a partir do Plano Real as características do ambiente competitivo do setor bancário brasileiro identificadas por Costa (2012) e Camargo (2009) – entre outros citados na Seção 2.2 deste trabalho –, vêm se mostrando válidas. Observa-se crescente participação dos cinco grandes bancos (Itaú Unibanco, Bradesco, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Santander), e consequente aumento da concentração bancária. Tal ambiente mostra-se relativamente hostil à presença de bancos de pequeno e médio porte, sejam estrangeiros ou nacionais, que acabam por ser incorporados pelos grandes bancos.

Tabela 11 - Agregado dos ativos de BB, CEF, Itaú, Bradesco e Santander sobre o total do sistema bancário

Ano	Ativos sobre o total
2000	50,7%
2002	58,3%
2004	59,2%
2006	59,4%
2008	75,5%
2010	77,5%
2012	78,9%
2014	79,8%

Fonte: Elaboração própria com dados do Banco Central

Tudo indica que tais características, se existentes, eram substancialmente menos relevantes nos anos anteriores ao Plano Real, período que apresentou graus de concentração relativamente menores.

Em relação à abertura do setor e à entrada de instituições estrangeiras, os dados indicam que não foram elemento central no processo recente de concentração bancária, uma vez que a presença dos estrangeiros tem tido cada vez menos importância, ao passo que a concentração tem exibido sólida tendência de aumento.¹³

O que parece ocorrer, de fato, é que a saída de boa parte dos bancos estrangeiros, marcadamente a partir de 2002, através de aquisições realizadas pelos grandes grupos financeiros privados nacionais, é que contribui para o aumento da concentração. Tais saídas se dão, retornando à tipificação dos processos de consolidação bancária proposta por Paula e Marques (2006), por consolidações dirigidas pelo mercado.

Recentes eventos de consolidação bancária indicam que a tendência de evolução do sistema bancário a partir do Plano Real – com um número cada vez menor de instituições com participação cada vez maior de mercado e, via de regra, adquirindo instituições de menor porte, estrangeiras ou nacionais – segue se confirmando até os dias

¹³ Ainda que tenha aumentado ligeiramente entre 2010 e 2014, as vendas, em 2016, do HSBC Brasil e do varejo do CitiBank Brasil para Bradesco e Itaú, respectivamente, certamente têm efeito negativo e relevante, uma vez que se tratavam da 2ª e 3ª maiores instituições estrangeiras do setor. Pelo mesmo motivo, e uma vez que Itaú e Bradesco são líderes de mercado, é certo que têm também efeito positivo na concentração.

atuais. São exemplos inconteste as aquisições do HSBC Brasil pelo Bradesco, em julho de 2016, e do varejo do CitiBank Brasil pelo Itaú Unibanco, em outubro do mesmo ano.

Figura 1 - Panorama das principais consolidações no setor bancário brasileiro entre 1994 e 2016

1994	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2005	2006	2007	2008	2012	2016		
BB										BB	BB				
BESC															
Votorantim															
Nossa Caixa															
Unibanco	Unibanco			Unibanco						Itaú Unibanco	Itaú Unibanco	Itaú Unibanco			
Nacional	Unibanco			Unibanco											
Bandeirantes	Unibanco			Unibanco											
Credibanco	Unibanco			Unibanco											
Itaú	Itaú	Itaú	Itaú	Itaú	Itaú	Itaú	Itaú	Itaú	Itaú				Itaú	Itaú	Itaú
Francês e Brasileiro	Itaú	Itaú	Itaú	Itaú	Itaú	Itaú	Itaú	Itaú	Itaú				Itaú	Itaú	Itaú
Banerj	Itaú	Itaú	Itaú	Itaú	Itaú	Itaú	Itaú	Itaú	Itaú				Itaú	Itaú	Itaú
Bemge	Itaú	Itaú	Itaú	Itaú	Itaú	Itaú	Itaú	Itaú	Itaú				Itaú	Itaú	Itaú
Banestado	Itaú	Itaú	Itaú	Itaú	Itaú	Itaú	Itaú	Itaú	Itaú				Itaú	Itaú	Itaú
BBA	Itaú	Itaú	Itaú	Itaú	Itaú	Itaú	Itaú	Itaú	Itaú				Itaú	Itaú	Itaú
BankBoston	Itaú	Itaú	Itaú	Itaú	Itaú	Itaú	Itaú	Itaú	Itaú	Itaú	Itaú	Itaú			
BMG	Itaú	Itaú	Itaú	Itaú	Itaú	Itaú	Itaú	Itaú	Itaú	Itaú	Itaú	Itaú			
CitiBank	Itaú	Itaú	Itaú	Itaú	Itaú	Itaú	Itaú	Itaú	Itaú	Itaú	Itaú	Itaú			
Caixa Econômica Federal															
Bradesco	Bradesco		Bradesco		Bradesco						Bradesco				
BCN	Bradesco		Bradesco		Bradesco										
Credíreal	Bradesco		Bradesco		Bradesco										
Boavista	Bradesco		Bradesco		Bradesco										
Mercantil de São Paulo	Bradesco		Bradesco		Bradesco										
BBV	BBVA		BBVA		BBVA										
Econômico	Excel-	BBVA		BBVA											
Excel	Econômico	BBVA		BBVA											
HSBC	HSBC			HSBC											
Bamerindus	HSBC			HSBC											
Lloyds	HSBC			HSBC											
Santander	Santander		Santander		Santander										
Geral do Comércio	Santander		Santander		Santander										
Noroeste	Santander		Santander		Santander										
Meridional	Santander		Santander		Santander										
Bozano, Simonsen	Santander		Santander		Santander										
Banespa	Santander		Santander		Santander										
ABN AMRO	ABN Amro Real			ABN Amro Real											
Real	ABN Amro Real			ABN Amro Real											
Sudameris	Sudameris			Sudameris											
América do Sul	Sudameris			Sudameris											

Fonte: Elaboração própria com dados do Banco Central

Capítulo 5: Conclusão

O fim dos elevados ganhos inflacionários provocado pelo Plano Real levou o sistema financeiro brasileiro a uma mudança estrutural. São desmascaradas as grandes fragilidades do sistema, e diversos bancos não mais sobrevivem. Os dados e eventos indicam que essa mudança e, na sequência, as reformas que dela resultam, colocam o setor em um ambiente competitivo que Costa (2012) chamou de *oligopólio diferenciado fortemente concentrado*, o que pode ou não ser uma especificidade brasileira. Tal ambiente dá o tom da evolução do setor a partir de então, em que ocorre forte concentração da atividade bancária. Neste ambiente competitivo, não só são fundamentais as economias de escala, como a competição se dá através da diferenciação de produto (localização e atendimento, especialmente automação). Ocorre, portanto, agressiva disputa entre os bancos por relacionamentos fiéis com clientes, havendo relevantes assimetrias informacionais e elevados custos de transferência impostos aos últimos. Assim, um banco tem mais capacidade de sobressair-se quanto maior for o seu porte e alcance, o que – à exceção dos grandes bancos nacionais há muito estabelecidos no setor – só pode ser atingido através de fusões ou aquisições de grande dimensão, tal qual faz o Santander. Os bancos menores acabariam por ser comprados pelos maiores, sendo esse o principal meio de ganho de participação de mercado.

Uma especificidade importante do Brasil, no entanto, é a predominância de instituições privadas nacionais na ponta compradora das consolidações que ocorrem após a estabilização. Ainda que tenha havido relevante entrada de estrangeiros num primeiro momento, a grande maioria dos bancos estrangeiros tem grande dificuldade em estabelecer-se, e boa parte sai do país numa onda de fusões e aquisições liderada por bancos privados nacionais (especialmente Itaú e Bradesco), que adquirem também diversos bancos nacionais de menor porte. Desta maneira, os grandes grupos financeiros nacionais reagem, de maneira vigorosa, à penetração estrangeira durante a década de 2000, ao mesmo tempo que adquirem bancos nacionais de menor porte, alcançando sólida hegemonia – tendência que segue se confirmando atualmente. Tais eventos indicam, portanto, que o ambiente competitivo que vigora no setor bancário brasileiro após o Plano Real é relativamente hostil à permanência de bancos estrangeiros, mais ainda à sua relevância no mercado.

O Santander é o único banco estrangeiro que logra sucesso em estabelecer-se como um grande *player* no Brasil, passando a fazer parte desse seleto grupo. Assim, por

mais que tenha tido relevância na dinâmica do setor bancário num primeiro momento, a abertura do setor e a entrada de bancos estrangeiros não têm efeito marcante na concentração do sistema, uma vez que terminou por revelar fôlego limitado.

Deste modo, observa-se que os dados corroboram a hipótese original de que o Plano Real teria sido determinante para a nova estrutura competitiva do setor bancário, e que esta mostra-se propícia à concentração do setor. No entanto, a hipótese de que a abertura ao capital estrangeiro teria também sido um determinante para o aumento da concentração bancária mostrou-se inválida.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Daniel B. de Castro; JAYME JR., Frederico G. Bancos e concentração no Brasil: Um estudo para dados em painel nos estados (1995-2004). In: Encontro Nacional de Economia, 35., 2007, Recife. Anais do XXXV Encontro Nacional de Economia, Recife, ANPEC, 2007.

BARBOSA, Fernando de Holanda. O sistema financeiro brasileiro, 1996. Disponível em <<http://www.fgv.br/professor/fholanda/Arquivo/Sistfin.pdf>>. Acessado em 23 de fevereiro de 2016.

BELAISCH, Agnès. *Do Brazilian Banks Compete?*. IMF Working Paper 03/113, Washington, 2003.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Bancos brasileiros após a Resolução 1524, de 21.09.88. Disponível em <http://www.bcb.gov.br/htms/deorf/e88-2000/texto.asp?idpai=reisfn19882000>. Acessado em 21 de janeiro de 2017.

BAUMOL, W. J.; PANZAR, J. C.; WILLIG, R. D. *Contestable Markets and The Theory of Industry Structure*. New York: Harcourt Brace Jovanovich, Inc., 1982.

BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. O Proes e a privatização dos bancos estaduais: O caso do Banco do Estado do Rio de Janeiro. Laboratório de História Econômico-Social, Texto de Discussão nº 17, ago./2009.

CAMARGO, Patrícia Olga. A evolução recente do setor bancário no Brasil. São Paulo, Editora Unesp, 2009.

CARVALHO, Carlos Eduardo; VIDOTTO, Carlos Augusto. Abertura do setor bancário ao capital estrangeiro nos anos 1990: o objetivo e o discurso do governo e dos banqueiros. Nova Economia, Belo Horizonte, v. 17, n. 3, p. 395-425, set./dez. 2007.

CARVALHO, F. J. C. de. "The Recent Expansion of Foreign Banks in Brazil: First Results". *Latin American Business Review*, Nova York, v. 3, n. 4, pp. 93-119, 2002.

CORAZZA, Gentil. Crise e Reestruturação Bancária no Brasil. Revista Análise, Porto Alegre, v. 12, n.2, p. 21-42, 2001.

COSTA, Fernando Nogueira da. Brasil dos Bancos. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2012. Cap. 7.

COSTA, Fernando Nogueira da; DEOS, S. Silva de. Reflexões sobre o financiamento na economia brasileira. Texto para Discussão IE/UNICAMP nº 109, abr. 2002.

COSTA NETO, Yttrio Corrêa da. Bancos oficiais no Brasil: origem e aspectos de seu desenvolvimento, Brasília, Banco Central do Brasil, 2004.

CYSNE, Rubens Penha; COSTA, Sérgio G. Silveira da. Reflexos do Plano Real sobre o sistema bancário brasileiro. Revista Brasil Econômico, Rio de Janeiro, v. 51, n. 3, p. 325-346, jul/set 1997.

DIAS, Joilson. Concentração e conglomeração financeira no Brasil: Um teste da teoria da regulamentação. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 117-138, 1987.

FREITAS, Maria C. P. Abertura do sistema bancário ao capital estrangeiro, In: FREITAS, M.C. (org.) *Abertura do Sistema Financeiro no Brasil nos Anos 90*. IPEA/ Fapesp. São Paulo, 1999.

FREITAS, Maria C. P., INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Texto para Discussão nº 1566*, Brasília, 2011.

HAWKINGS, John; MIHALJEK, Dubravko. *The banking industry in the emerging Market economies: competition, consolidation and systemic stability*. BIS Papers no. 4, Basileia, 2001.

HERMANN, Jennifer. Reformas, Endividamento Externo e o “Milagre” Econômico (1964-1973). In: GIAMBIAGI, Fabio (Org.). *Economia Brasileira Contemporânea: 1945-2010*. Rio de Janeiro, Elsevier, 2011. Cap. 3.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Estatísticas do Século XX*. Disponível em: <http://seculoxx.ibge.gov.br/economicas/contas-nacionais>. Acessado em 21 de maio de 2017.

MACARINI, José Pedro. A política bancária do regime militar: O projeto de conglomerado (1967-1973). *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 16 n. 3 (31), p. 343-369, dez. 2007.

MEDEIROS, Otávio Ribeiro de; PANDINI, Emerson Jader. Índice de Basileia no Brasil: Bancos públicos x privados. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, v. 1, n. 2, p. 29-54, maio/ago. 2007.

MEIRELLES, Antônio Carlos. Tamanho é documento na competição bancária. *Gazeta Mercantil, Fórum de Líderes*, 1999.

NOBRE, Virgínia A.; CASTRO, Pablo T. C. de; VERASSANI, Marcos Vinicius B. Concentração do sistema financeiro brasileiro após o Plano Real: de 1994 até 2010. Disponível em: http://www.ccsa.unimontes.br/semanadoeconomista/images/arquivos/anais/GT3/concentrao_sistema_financeiro_brasileiro_apos_plano_real_1994_2010.pdf. Acessado em 05 de abril de 2017.

PAULA, L. F. R.; MARQUES, M. B. L. Tendências recentes da consolidação bancária no Brasil. *Análise Econômica*, Porto Alegre, ano 24, n. 45, pp 235-263, mar. 2006.

PAULA, L. F. R.; OREIRO, J. L.; BASILIO, F. A. C. Estrutura do setor bancário e o ciclo recente de expansão do crédito: o papel dos bancos públicos federais. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 23, n. 3, set./dez. 2013.

PAULA, Luiz Fernando R.; Tamanho, dimensão e concentração do sistema bancário no contexto de alta e baixa inflação no Brasil. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 8, n. 1, jul. 1998.

RESENDE, Marcelo. Determinantes da estrutura de mercado no setor bancário brasileiro – 1970-86. R. Bras. Econ., Rio de Janeiro, v. 46, n. 2, pp. 211-222, abr./jun. 1992.

ROCHA, Fernando. A. S. Desnacionalização Bancária no Brasil (1997-2000). Tese (Mestrado), Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

ROCHA, Fernando A. S. Evolução da concentração bancária no Brasil: 1994-2000. Banco Central do Brasil. Notas Técnicas, n. 11, p. 39., Brasília, 2001.

RODRIGUES, Andrea Leite. Bancos Comerciais nos Anos 80: Um estudo exploratório sobre o papel da automação nas estratégias mercadológicas do setor. São Paulo, 1994.

SALVIANO JÚNIOR, Cleofas. Bancos Estaduais: dos problemas crônicos ao PROES, Brasília, Banco Central do Brasil, 2004.

SILVA, B. M.; AVELAR, L. Concentração Bancária, Lucratividade e Risco Sistêmico: uma abordagem de contágio indireto. BANCO CENTRAL DO BRASIL. Trabalho para Discussão nº 190, Brasília, 2009.

TAVARES, Martus A. R. Concentração bancária no Brasil: uma evidência empírica. Ver. Adm. Empr., Rio de Janeiro, v. 25, n. 4, pp. 55-63, out./dez. 1985.